QUINZENA

• OPINIÃO
• ANÁLISE
• INFORMAÇÃO

PUBLICAÇÃO QUINZENAL DO CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO

• CIRCULAÇÃO INTERNA •

4

16/6/86

A Copa Mundial de Futebol foi uma idéia do francês Jules Rimet, presidente da FIFA na década de 30. A primeira COPA foi realizada em 1930, no Uruguai, onde o Brasil não passou da primeira fase.

As Copas do Mundo, a partir daí sempre foram marcadas pela politicagem internacional e dos cartolas. Em 1934 na segunda Copa, na Itália, Mussolini fez tudo, até comprar o juiz, para mostrar a superioridade do fascismo italiano.

Em 1938, na França, vários países não participaram, pelo clima que anunciava a II Guerra Mundial. Em 1942 e 46 não houve Copa por causa da guerra que começou em 1939.

O BRASIL NA COPA

O Brasil foi o único país que participou de todas as Copas. Foi mal em 30, 34 e em 38 chegou às semi-finais, perdendo para a Chekoslovákia por 2X1.

Em 1950, a primeira Copa depois da Guerra, se realizou aqui no Brasil. Triste história. Chegamos na final e perdemos para os nossos vizinhos uruguaios de 2X1, de virada, no segundo tempo, em pleno Maracanã lotado. Em 1954 o o Brasil ficou na primeira fase.

ESQUADRÃO DE OURO

Nas Copas seguintes veio a fase de ouro do futebol brasileiro. Em 1958, na Suécia, o Brasil se coloca como o melhor futebol do mundo, encantando até os adversários com sua técnica e malícia.

Em 1962, mesmo com Pelé contundido, Mané Garrincha garantiu nossa vitória no Chile, driblando e fazendo gols inesquecíveis. Em 1966, na Inglaterra, o Brasil decepcionou, jogando três partidas e perdendo duas. Para a Hungria e Portugal, ambos por 3X1.

Em 1970, no México, foi a Copa do TRI. Agora não tinha crise política entre os cartolas e o Brasil vivia o "Milagre brasileiro" e o auge da ditadura militar. Pelé, Gerson, Tostão, Rivelino, Carlos Alberto e companhia trouxeram o caneco definitivamete para o país.

Sócrates fala sobre 'acertos' no Mundial

Da Reportagem Local e dos enviados especiais

O meia Sócrates, 32, negou ontem às 18h55 (em entrevista à Rádio Record) que tivesse dito à agência noticiosa espanhola "Efe", que "está tudo arrumado para que Brasil e México possam ir longe neste Mundial". A notícia —intitulada "Brasil e México protegidos?"— foi publicada pelo "Esto", principal jornal esportivo do México, onde ele teria falado em um "acerto feito para evitar redução das rendas do Mundial. No subtítulo, Sócrates é taxado de louco.

"Eu não estava tratando especificamente desta Copa do Mundo. Era apenas uma discussão sobre a política do esporte", disse o jogador. Segundo Sócrates, equipes "de países mais poderosos, econômica e politicamente, costumam ser apontadas como favoritas e normalmente chegam às finais". A razão para esse fato, é o interesse econômico que envolve um evento como o Mundial.

Na declaração publicada pelo "Esto", Sócrates teria afirmado que "o gol não assinalado da Espanha contra nós era inteiramente legítimo", além de contar com o erro do juiz australiano Christopher Bambridge ("não é possível que não tenha assinalado um gol tão claro"). Entretanto, ele nega isso: "Não falei de nenhum jogo em particular".

Sócrates concorda que a Copa do Mundo "é um negócio de grandes proporções", como foi divulgado pela "Efe". "Existem mil maneiras de fazer um resultado e o juiz pode provocá-lo, sempre que quiser ou for orientado para isso", disse.

FSP - 5/6/86

Copas anteriores tiveram seus 'acertos'

FSP 6/6/86

Dos enviados especiais a Guadalajara

Denúncias de favorecimento e coisas esquisitas não são exclusivas desta Copa. Em 1958, o juiz da final entre as seleções de Brasil e Suécia, o francês Maurice Guigue, foi convidado a passar uma temporada no Brasil, por conta da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), antecessora da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Esteve no Hotel Jaraguá, o melhor de São Paulo na época, passou alguns dias no Copacabana Palace, no Rio, com carro e motorista à disposição, viajou à Bahia —nada mau para um guarda civil, que apitava para complementar seu reduzido salário. Em 70, repetiu-se a dose com Vital Loreaux, o belga que apitou Brasil x Itália. Foi convidado a arbitrar a última partida do Campeonato Paulista, entre Corintians e São Paulo, sendo que o campeonato já estava decidido. Seu cachê foi de três mil dólares, mais passagem, hospedagem e turismo pelo Brasil.

A viagem turística mais interessante, entretanto, foi a de Esteban Marino, juiz uruguaio que por muitos anos apitou no Brasil. Em 62, durante a Copa do Chile, Garrincha chutou um adversário e foi expulso de campo. Esteban Marino era o bandeirinha. Os brasileiros Mozart Di Giorgio (sim, o mesmo Mozart que está agora em Guadalajara) e João Etzel tiveram uma conversa extremamente franca com Esteban Marino. Terminado o papo, Marino pegou o primeiro avião para o Uruguai. Na hora do julgamento de Garrincha faltava a assinatura do bandeirinha na súmula. E como, na época, não havia suspensão automática, a grande estrela brasileira do mundial de 62 pôde entrar em campo na partida seguinte, a final contra a Tchecoslováquia.

Aliás, 62 foi um ano bom para o time do Brasil. No jogo contra a Espanha, perdíamos por 1 a 0 quando Nilton Santos fez um pênalti, um passo dentro da grande área. O juiz deu a falta, mas fora da área. Em seguida, Amarildo encheu-se de fúria e marcou os dois gols da vitória brasileira.

Nem a mágica seleção de 62 escapa aos estranhos fatos que ocorrem numa Copa. Neste ano, a vítima foi a seleção soviética, que ganhava por 1 a 0. Luisinho, aquele quarto-zagueiro que Telê inventou, fez dois pênaltis e o juiz fez a gentileza de não marcar nenhum. Mais tarde, Sócrates empatou e Éder deu a vitória à seleção brasileira. Mais tarde ainda, o juiz Llamos Castillo foi convidado pela CBF para uma excursão turística pelo Brasil (os juízes europeus, como aliás os estrangeiros de modo geral, adoram um turismozinho no Brasil, com muito sol, sal e areia). Nada demais: pois não houve um juiz russo, que apitou a final entre Brasil e Tchecoslovaquia em 62, no Chile, que ganhou um lindo relógio de ouro de nossa seleção?

VOZ DA UNIDADE
06 a 12/06/1986

Estabilidade, não.
Garantia de emprego, sim.

Carlos Simões

Estabilidade e garantia de emprego são coisas distintas. Esta diferença, historicamente, não se determinou no Brasil, até a fase do "milagre econômico". Esta diferença, no entanto, apesar de hoje corresponder aos interesses do proletariado, parece não ter aflorado ainda na consciência de muitos dirigentes sindicais, advogados, assessores e parlamentares. Estes continuam a reivindicar "estabilidade", às vezes definindo-a como "garantia de emprego", ou então como estabilidade mesmo, no sentido do direito que teve vigência até 1967, quando veio o FGTS.

Para os comunistas, os direitos são sempre expressão superestrutural das relações sociais de produção e dos conflitos que elas geram. Se não houve conflitos, não haveria necessidade de leis nem de tribunais. Correspondem, portanto, leis e tribunais, à natureza de tais conflitos (antagônicos ou não) e à correlação dos interesses de classe. Um direito só nos aparece como novo ou velho quando aquelas relações e conflitos já se alteraram.

Assim, desde 1923 falamos em direito à estabilidade - e alguns insistem nele para a Constituinte que vamos eleger. Convenhamos, isto é indiferença olímpica para com as alterações substantivas pelas quais passou nossa sociedade, especialmente nos últimos vinte anos. A estabilidade nasceu sob o signo do Estado de 1891 e transformou-se, no Estado Novo, com sentido populista, até 1964. Após 1967, suas determinações começaram a extinguir-se, e foram ultrapassadas com o final do "milagre econômico".

A estabilidade não era uma reivindicação do proletariado na década de 20, nem existia como direito concreto, buscando formalizar-se. Foi instituída em 1923, quando foi criada a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviaiários com a Lei Elói Chaves, a primeira do sistema previdenciário. As Caixas seguintes generalizaram este direito, sempre de trabalhadores no setor estatal ligado ao transporte, armazenagem, incentivo, exportação e varejo do café.

As características de formação da classe operária, nessa fase, com operários imigrantes e ex-escravos migrantes, e a natureza do capital industrial em formação, determinavam grande instabilidade no emprego e intensa rotatividade. Politicamente, a previdência social era inviável como aparelho estatal - um Estado ainda rudimentar, da mesma forma que as indústrias nacionais. Nestas condições, a previdência viabilizou-se *por empresa* de concessão de serviços estatais - sem onerar, portanto a economia privada.

A Lei Elói Chaves impôs a estabilidade após dez anos na *mesma* empresa, como mecanismo de garantia da receita da respectiva Caixa. A estabilidade do emprego garantia a contribuição. Em termos de atuária, a estabilidade revelava-se como estabilidade de receita. Nasceu como direito previdenciário.

Com a revolução de 1930, alteraram-se essas determinações. Entre 1930 e 1940, o capitalismo brasileiro tornou-se industrial. Não cabe, aqui, explicar este processo, mas é notória a transformação do Brasil nesta década. Isso refletiu-se claramente na política e no direito. O proletariado adquiriu forma, determinada por uma divisão do trabalho propriamente capitalista, isto é, por ramo econômico. Esta base material permitiu a superação do anarco-sindicalismo, próprio do pequeno empreendimento, e viabilizou a concepção comunista. O getulismo atacou o sistema das Caixas, nessas novas condições.

Foi criado um novo sistema, o dos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs -, autarquias estatais desvinculadas das empresas. Na nova realidade, o proletariado organizava-se por *categorias*. Enquanto as Caixas era por empresa, o IAPs eram por categoria. O trabalhador saía de uma empresa e entrava em outra sem que isso afetasse a receita do Insituto. A estabilidade perdeu o conteúdo previdenciário originário nas relações de produção.

Havia passado mais de dez anos quando o Estado Novo, em 1943, com a CLT, consolidou as leis trabalhistas editadas em 1930, entre elas a estabilidade, resultado da convergência de interesses de classe expressa na política getulista de paternalismo e negociação. No contexto político, a estabilidade perdeu o caráter previdenciário e ganhou conteúdo trabalhista, mas como verdadeira propriedade de emprego.

Esta foi a expressão do corporativismo getulista do Estado Novo (não do getulismo dos anos 50), da política de conciliação de classes, refletida no interior de cada empresa. Mais ainda: uma política que expressou a natureza *individualizada* das relações entre capital e trabalho. Na CLT, a estabilidade emergiu como vínculo individual e paternalista típico do capitalismo corporativista, segundo o qual o empregado, após dez anos na mesma empresa, adquiria a propriedade de seu emprego, em decorrência de lei. Um direito de relação vertical e individualizada entre empregado e patrão.

Esta situação prolongou-se até 1964, quando se iniciou uma nova fase, que analisaremos na próxima edição.

Entre 1964 e 69, o regime militar buscou implantar os mecanismos que levassem a economia brasileira ao "milagre". Em 1967, os interesses do capital associado tornaram ineficaz a estabilidade e instituíram o FGTS, para proporcionarem intensa rotatividade da força de trabalho.

O capitalismo que resulta do "milagre" é já uma etapa superior, transnacional e monopolizada, com certo índice de associação entre capital bancário e industrial. Na produção, comércio, transporte, educação, comunicações e crédito formaram-se grandes concentrações de meios de produção e centralizaram-se capitais formidáveis. Acirraram-se os conflitos nos locais de trabalho. Milhares de trabalhadores concentraram-se sob a propriedade e direção de um único empregador anônimo, representado por gerentes e delegados do poder patronal.

Nesta época chega ao Brasil a técnica de relações "humanas" na empresa. O antigo "patrão" passa a ser conceituado como "empregador". As relações tornaram-se mais claras. Com o FGTS, a força de trabalho foi devolvida ao mercado, voltou a circular, como aquilo que objetivamente é, como qualquer outra mercadoria. O FGTS repôs a verdade da condição mercantil da força de trabalho, sem as ilusões da estabilidade. Clareou, portanto, a contradição fundamental do capital e, assim, evidenciou à consciência proletária sua verdadeira condição - a condição que a impulsiona à organização sindical e partidária. A ilusão da estabilidade, mistificadora da relação social capitalista, desfez-se.

A formação de grandes complexos empresariais já não prescinde mais de certo nível de rotatividade de mão-de-obra (turnover), propiciado pelo FGTS. E também não pode prescindir da administração cotidiana e permanente do conflito de classes *dentro* da própria empresa. Entre meados e fins dos anos 70 surgiram as primitivas Comissões de Salários, que evoluíram logo para as Comissões de Fábrica. Enquanto a luta dos sindicatos sempre foi pelo caráter sindical destas comissões, o Ministério do Trabalho (projeto Murilão) e as pastorais operárias lutavam pela sua desvinculação sindical completa.

Foi neste momento que se criaram as condições materiais da garantia de emprego e, simultaneamente, extinguiram-se as da estabilidade. Pela garantia, um empregado não pode ser demitido sem motivo justo, (falta grave ou relevante motivo econômico), desde que este motivo seja apurado e reconhecido pelo Sindicato, por meio de sua Comissão na empresa. O empregado é garantido pela Comissão contra o poder do empregador de despedir arbitrariamente, em nome do direito absoluto da propriedade privada. Pela garantia, o sentido da justiça da demissão é dado pelos companheiros da empresa, pelos nexos coletivos de trabalho e não pela lei ou pela Justiça do Trabalho. São

as relações coletivas de trabalho o mecanismo decisivo. No Brasil de hoje, passam a prevalecer as relações coletivas. Na superestrutura jurídica, a CLT já está superada, no que se refere à determinação do contrato individual de trabalho sobre o contrato coletivo. Na legislação trabalhista atual, a parte referente à contratação coletiva é ainda mero apêndice das relações individuais.

Enquanto a estabilidade reforça o sentido da propriedade do emprego, na garantia reforça-se o coletivismo e a solidariedade classista. A garantia reforça, enfim, a estrutura horizontal de relações da categoria.

Esta função das comissões de empresa já existe, na prática. São inúmeros os seus exemplos, pelo menos em São Paulo. Como todas as conquistas históricas do proletariado, existe como direito concreto, antes de ser garantido pelo poder estatal, sob forma legal.

Além disso, constitui a solução socialista para a Justiça do Trabalho. Esta está congestionada por uma enxurrada de demissões artitrárias, por motivos iníquos. A instância decisiva destas demissões é a Comissão, e não mais a Justiça do Trabalho, que deve ficar reservada ao relevante papel das questões coletivas de âmbito superior à empresas e, mesmo assim, quando frustradas as negociações.

A Comissão passa a ser o elemento novo e nuclear da nova estrutura sindical, porque são seus representantes que passam agora a dar vida a um novo órgão dos sindicatos: o Conselho de Representantes ou Conselho Consultivo, órgão exigido pela nova estrutura sindical para fazer a mediação entre a diretoria e a assembléia.

O direito de organizar comissões de empresa é de natureza constitucional e deve ser explicitamente assegurado na Constituição de 1987, com a função de garantia de emprego.

NOVA LEGISLAÇÃO PARA ELEIÇÕES SINDICAIS

TERRAGENTE MAR-ABR/86
PORTO ALEGRE - RS

O QUE DIFICULTA PARA AS OPOSIÇÕES

1. CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Pela antiga 3.437, a convocação das eleições era feita com a antecedência máxima de 120 e mínima de 90 dias em relação à data das eleições. Pela nova Portaria, as eleições devem ser convocadas com a antecedência **máxima de 60 e mínima de 30 dias** em relação à data das eleições.

Isto quer dizer que podemos ter uma eleição convocada **há apenas 30 dias** da data de sua realização. Além de, em certos casos, prejudicar as oposições, certamente a campanha eleitoral sofrerá um prejuízo devido ao pouco tempo.

Neste caso, as oposições deverão começar suas campanhas mesmo antes da convocação das eleições.

2. PRAZO PARA REGISTRO DE CHAPA

Pela Portaria 3.437, o prazo para registro de chapa era de 20 dias a contar da publicação do Edital de Convocação das Eleições. Pela Portaria 3.150, **este prazo encurta-se para 15 dias.**

Evidentemente que as oposições, sobretudo aquelas que não estiverem bem organizadas, sofrerão com este procedimento, pois terão menos tempo para encaminhar o registro de sua chapa.

No último dia 02 de maio foi publicada no Diário Oficial da União uma Portaria do Ministério do Trabalho, de nº 3.150, que regulamenta as normas dos processos eleitorais em eleições sindicais.

Esta Portaria substitui a antiga, de nº 3.437, e tem validade a partir de 1º de maio de 1986, para todas as entidades sindicais que não aprovaram, ainda, o seu próprio Regimento Eleitoral.

É importante frisar que esta nova Portaria não impede que os sindicatos façam os seus próprios Regimentos Eleitorais. Dessa forma, quem já estava encaminhando a modificação de seus estatutos, deve continuar. Esta nova regulamentação é tão antidemocrática quanto a portaria 3.437 e, em alguns pontos, chega a ser pior.

Como sabemos que as diretorias acomodadas vão resistir mais ainda para mudar os seus estatutos, é necessário que as oposições sindicais tomem conhecimento desta nova legislação, afim de melhor se prepararem para as eleições sindicais.

No geral, a portaria 3.150 mantém todos os procedimentos da 3.437. Vamos analisar algumas das alterações mais importantes.

O QUE FACILITA PARA AS OPOSIÇÕES

1. LISTAGEM DOS ASSOCIADOS APTOS A VOTAR

Pela nova Portaria, a diretoria do Sindicato é obrigada a divulgar uma listagem dos associados aptos a votar **até 10 dias antes das eleições**. Estes associados são aqueles que estão em dia com a tesouraria do Sindicato. A listagem pode ser requerida por qualquer das chapas concorrentes.

Este procedimento poderá evitar que as chapas de situação paguem ou aceitem pagamentos (para fins de direito de voto) até no dia das eleições, como é muito comum.

2. COMPOSIÇÃO DAS MESAS COLETORAS

Pela nova Portaria, os presidentes, me

sários e suplentes das mesas coletoras de voto terão que ser escolhidos de comum acordo entre as chapas concorrentes.

Isto facilitará às oposições fiscalizarem o pleito, uma vez que terão a oportunidade de indicar pessoas de sua confiança para estas mesas, evitando o monopólio das chapas de situação e diminuindo as possibilidades de fraudes nas eleições.

Estes são apenas alguns aspectos importantes. Entretanto, quem pretende apresentar chapas em eleições sindicais deve dominar completamente a legislação, e para tanto os grupos que estejam interessados podem entrar em contato com o GEA, que forneceremos cópia desta nova Portaria.

Primeiro Ensaio

Em 1987 ocorrerão eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O debate que já estava aceso, aqueceu-se ainda mais com a oficialização de um "racha" na diretoria. De um lado, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, e seus aliados mais fiéis. Do outro, um grupo dissidente composto pelo vice-presidente, Luis Antonio Medeiros e mais sete diretores, alguns deles ligados ao PDT. Retaliações de parte à parte. Uma nota assinada pelos dissidentes insinua a existência de corrupção e acusa Joaquim de compactuar com os patrões. Não se trata propriamente de novidades. De qualquer modo a resposta dos acusados foi imediata e contundente. O título do boletim do sindicato que trata do assunto diz: "Diretoria Desbarata Assalto ao Sindicato"; e denuncia um complô para tirar Joaquim da presidência. Espera-se novos "capítulos" desta "guerra" para breve. Mas a repercussão já está sendo intensa.

Entre os setores que fazem oposição duas posturas se delineiam, refletindo outras diferenças no trabalho sindical.

O Movimento de Oposição dos Metalúrgicos de São Paulo (MOMSP) coloca como tarefa central o fortalecimento da atividade nas fábricas e condiciona as alianças a unidade na luta, ao compromisso com a construção da CUT e a definição de posições com um claro conteúdo de classe. Setores do PT, incluindo militantes da Convergência Socialista, inflexionam nitidamente para atrair o "racha" para a oposição, visando uma composição para derrotar Joaquim.

Joaquim dos Santos Andrade assumiu a presidência do sindicato nos primeiros anos de existência do regime militar. Enquanto os trabalhadores mais combativos eram massacrados pela repressão ele fazia sua carreira. Sua fidelidade para com os interesses da burguesia tornou-o conhecido no Brasil inteiro, e seu nome passou a ser associado de maneira indissolúvel a palavra pelego. O avanço das lutas operárias começou a tornar sua vida difícil. A cada greve sua força se reduzia. O esforço dos capitalistas já não bastava. Com habilidade e matreirice passou a cooptar setores que lhe faziam oposição. Primeiro vieram o PCB e o MR-8. Depois o PCdoB, que anteriormente o acusava de agente do imperialismo e dos patrões. Mesmo assim, em 81 e 84, Joaquinzão, perdeu as eleições nas fábricas e só levou com o voto massivo dos aposentados. De lá para cá a sua situação na categoria piorou. Em cada assembléia, o recém eleito presidente da CGT, leva vaias prolongadas e vigorosas. Já não é um bom negócio ficar ao lado deste cidadão.

Tudo indica, que o atual "racha" tem algo a ver com isto. A disputa interna por cargos coloca a gota d'água que faltava. Luis Antonio, nunca escondeu seus sonhos presidenciais. Mas num momento de grandes dificuldades, talvez, o importante seja mesmo assegurar um lugar ao sol. Aliás, sua recente filiação ao PTB de Janio Quadros, e do "trabalhista" Antonio Ermírio, é suficiente para evidenciar o quanto são "profundas" sua divergências com Joaquinzão. Além do mais, os dois são dirigentes da "combativa" CGT. Todavia, seria prematuro e equivocado afirmar que o grupo dissidente é homogêneo e globalmente situado no mesmo campo do oportunismo de Luis Antonio. Os sindicalistas do PDT tem de fato diferenças em relação ao Joaquim. Porém, suas definições estão longe de materializar um rompimento radical com tudo o que a atual diretoria representa. A nota que subscrevem, por exemplo, não se posiciona acerca da CUT e da CGT e dos grandes problemas em discussão no movimento sindical. E passa ao largo da própria disputa na categoria envolvendo a oposição.

No caminho da luta e do enfrentamento será preciso posicionar-se claramente, e será positivo que avancem. A propósito ainda do "racha", o PCdoB, que se autodefine como o "verdadeiro" partido proletário, cerrou fileiras com Joaquinzão.

A disputa no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na qual o "racha" é apenas uma parte, tem uma importante característica: ali derrotar o pelego é fundamental, mas não basta. Neste que é o principal sindicato da América Latina está posta a possibilidade concreta de constituição de um pólo dinâmico, combativo, politizado, capaz de propiciar um salto de qualidade no sindicalismo brasileiro. O Movimento de Oposição Metalúrgica que se articulou no confronto com os patrões, com a ditadura militar e hoje com a Nova República, aglutina centenas de ativistas e a cada dia eleva sua presença nas fábricas.

Na campanha salarial unificada do ano passado, quando várias categorias entraram em greve, sua ação foi decisiva para garantir uma forte presença dos metalúrgicos da capital. Atualmente é lícito dizer que o MOMSP é objetivamente uma direção alternativa na categoria. E esta é uma das divergências com setores do PT. Mas estas críticas de paralelismo são, para dizer o menos, formalistas. Pelo que se sabe não existe a proposta de construir outro sindicato. O que há é uma atividade permanente de organização nas fábricas, de fortalecimento da CUT de luta contra a exploração. Erros e limitações há, obviamente, e são sérios. Mas se trata de debatê-los em profundidade. Pois o sentido geral desta política tem elevado o nível de consciência dos trabalhadores e sua capacidade de travar a luta contra os inimigos de classe. Derrotar Joaquim e o peleguismo é um anseio dos metalúrgicos de São Paulo. Mas bastaria uma meia sola? A opção está colocada e ela vem se concretizando com a construção de uma alternativa que expressa o que existe de mais avançado no movimento sindical.

FAZENDO O AMANHÃ
MAIO/86

3.º Congresso decide:

um segundo semestre de lutas

METALÚRGICOS DA CUT
Jornal do MOSMSP - Junho/86 - Nº 6

Companheiros e companheiras metalúrgicos de São Paulo: Realizamos nos dias 24 e 25 de maio o nosso 3º Congresso do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de S. P. Estiveram presentes 105 delegados eleitos nas plenárias regionais, e 50 convidados indicados nas plenárias, participando ao todo cerca de 500 companheiros. Dentre eles vários membros de Comissões de Fábrica e CIPAS.

O Congresso teve um sentido muito claro: **organizar a luta para o segundo semestre e avançar na construção de uma direção realmente comprometida com as lutas dos trabalhadores na categoria.**

Que lutas são estas?

Todos nós sabemos que com o "pacote" econômico do governo não teremos aumento mais no mês de maio, além de termos perdido em média 23% do nosso salário.

Todos sabemos que o "pacote" só fez aumentar a rotatividade nas empresas como forma de baixar os salários e manter o lucro dos patrões.

Sabemos também que o salário mínimo de 804 cruzados está muito abaixo do mínimo necessário para garantir a sobrevivência do trabalhador.

Por tudo isso o 3º Congresso decidiu:

Lutar pela recuperação das perdas salariais, com 30% de aumento nos salários;

Lutar pelo salário mínimo de 3.800 cruzados, definido pelo DIEESE;

Lutar pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais;

Lutar pela estabilidade no emprego.

Mas não é só isso companheiros.

Nós também sabemos que sem o avanço da nossa organização, sem o direito de nos organizarmos livremente nos locais de trabalho, o patrão tem sua força redobrada.

Assim o 3º Congresso também decidiu:

Lutar pela liberdade de organização dentro e fora das fábricas;

Lutar pela estabilidade de todos os companheiros representantes dos trabalhadores com mandato eletivo (representantes da CUT, sindicatos e Comissões de Fábrica).

Como fazer esta luta

Já faz muito tempo nós metalúrgicos temos batido a nossa força contra a dos patrões. Foi na Campanha Salarial Unificada que todos nós aprendemos de uma forma concreta, que a unidade de todos os trabalhadores é poderosa e faz dobrar os patrões e o governo.

Compreendendo isso, o Congresso deliberou:

Trabalhar por uma Campanha Salarial Unificada em 1986;

Integrar a categoria metalúrgica na Campanha Nacional de Lutas da CUT;

Preparar as condições para realizarmos uma Greve Geral vitoriosa em todo o Brasil.

Foi com esse grito de guerra que encerramos o nosso 3º Congresso, esperando poder contar com todos para criar em cada fábrica neste segundo semestre uma trincheira de lutas.

Companheiro, hoje o nosso sindicato virou um verdadeiro inferno na torre, fruto de todas as traições cometidas pela atual diretoria. Por isso é hora de partirmos com tudo, garantindo em nossas mãos a condução das lutas atuais, e nos prepararmos para colocar na direção do sindicato a direção real das lutas.

Nossos agradecimentos a todos os companheiros que nos prestigiaram com sua presença e tornaram possível o nosso Congresso.

Nosso agradecimento especial a Luiz Carlos Prestes.

FSP - 11/6/86

Joaquim diz que sairá do sindicato este mês

Da Reportagem Local

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, 59, afirmou ontem que se afastará do cargo ainda este mês para dedicar-se à presidência da Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Joaquim, que viajou ontem com destino a Toronto, no sul do Canadá, onde participará da reunião anual do Conselho Mundial da Federação Internacional dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas (Fitim), disse que encaminhará seu pedido de licença quando retornar ao Brasil, no próximo dia 15. Ele considerou superada a crise política que o levou a postergar a decisão. "Houve consenso na diretoria e vamos sair sem maiores problemas", disse o presidente do sindicato, numa alusão ao movimento desencadeado em abril último por um grupo de diretores que queria precipitar a sua saída.

A presidência do sindicato será assumida pelo vice-presidente, Luís Antônio de Medeiros, 37.

CIDAS - ABRIL MAIO 86

AS ATIVIDADES DA GM NO MUNDO
A SITUAÇÃO E LUTA DOS TRABALHADORES

A General Motors opera nos Estados Unidos, Canadá, Bélgica, Luxemburgo, França, Espanha, Portugal, Brasil, México, Equador, Colômbia, Venezuela, Áustria, África do Sul, Singapura, Yugoslávia, Filipinas, Austrália, Coréia do Sul, Japão, Nova Zelândia, República Federal Alemã, Grã Bretanha. Seus efetivos em 84 se situavam em 748 mil trabalhadores. Suas operações mundiais, em vendas, lhe renderam 96,4 bilhões de dólares, contra 83,8 em 84 e obteve uma renda líquida de 4 bilhões de dólares, inferior aos 4,55 em 84. No Brasil, estas cifras correspondem a 21.176 trabalhadores (nas unidades de São José dos Campos e São Caetano du Sul), tendo obtido 1,030 bilhões de dólares em vendas e uma renda líquida de 7,156 milhões de dólares, no ano de 1984.

Conhecida mundialmente como a campeã da violação dos direitos sindicais dos trabalhadores, pelo menos dois casos, só em 85, tornaram ainda mais famoso este seu título: o processo que move contra 33 dirigentes sindicais e trabalhadores de São José dos Campos e a prisão, por 2 anos, de três trabalhadores na Coréia do Sul, da DAEWOO Motor Co. (da qual a GM possui 50 por cento), em consequência das greves de abril/85, sob acusação de violação da lei de controle dos conflitos trabalhistas e da lei de reunião e manifestação. Ambos os casos vem merecendo o repúdio assim como a solidariedade das entidades sindicais de todo o mundo. Somam-se a este procedimento a aplicação constante das medidas de redução dos salários, do emprego, via as combinadas e alternadas suspensão do trabalho, corte de turnos, transferência ou fechamento de unidades e de setores de produção de um país para outro, em função exclusiva, de seus interesses, redução de custos, lucros e política de produção.

Nos últimos anos vem crescendo, em contrapartida, as iniciativas de organização da unidade de ação dos trabalhadores da GM, assim como de todas as automobilísticas e de outros setores industriais. Por iniciativa da UIS Metal (FSM) foram realizados 2 encontros dos trabalhadores desta transnacional, a nível da América Latina, em 84 e 85. Com o apoio do TIE (Trnasnational Informations Echange) se edita um jornal dos trabalhadores da GM que aparece em inglês, espanhol, alemão e português. Por iniciativa do Comitê de Coordenação Britânico, foi realizada, nos dias 6 a 9 de março último, uma Conferência mundial, na Inglaterra, que contou com a participação de uma centena de delegados de 23 países, tendo-se como uma das resoluções a realização de uma nova Conferência no prazo de 3 meses. Nesta Conferência se reafirmou a solidariedade aos dirigentes sindicais e trabalhadores da GM, no Brasil, resultando daí o envio de telegramas de protesto ao governo brasileiro e aos diretores da GM, pelo processo em curso contra os 33 sindicalistas. No mesmo sentido se posicionou sobre os trabalhadores da DEWOO, exigindo sua libertação e readmissão. A estratégia global da GM e sua diversificação no setor de armamentos foram condenadas, solicitada a recusa das horas-extras pelos trabalhadores, e o aumento dos dias de repouso para manter e aumentar o emprego. Também será criado um banco de dados para os trabalhadores da GM.

FOLHA DE SAO PAULO 01/06/86

Processo contra operários da GM é desmembrado

Da Sucursal Vale do Paraíba

O processo que o Ministério Público está movendo contra os 33 metalúrgicos envolvidos na ocupação da fábrica da General Motors em São José dos Campos, a 97 km a nordeste de São Paulo, desde a greve da categoria em abril do ano passado, quando quatro mil metalúrgicos mantiveram retidos dentro da empresa 370 funcionários, ainda não tem data marcada de encerramento. Por decisão do juiz Gonzaga Parahyba Campos, titular da 2ª Vara Criminal da comarca, o processo sofreu um desmembramento em quatro etapas e, para se ter uma idéia, já existem audiências marcadas para agosto de 87.

Na primeira etapa dos depoimentos —entre os dias três e dezesseis de março deste ano— foram ouvidos os 33 metalúrgicos acusados pela promotoria de cometerem crimes de constrangimento ilegal, sequestro em cárcere privado, incêndio, explosão, resistência e desobediência à autoridade. Para a segunda etapa, que começou no último dia sete de abril e na qual estão sendo ouvidas as vítimas dos metalúrgicos (ao todo 25), estão marcadas 55 audiências. Até o momento, treze já foram realizadas. Cada vítima terá que fazer onze depoimentos. A terceira etapa ainda não tem data definida e se refere aos depoimentos das oito testemunhas de acusação. A última etapa é a das testemunhas da defesa, que ao todo são 108.

Influência da GM

José Benedito de Oliveira, 30, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, disse que "trata-se de um processo muito prolongado. Todavia, é bom ressaltar que os trabalhadores estão sentindo influência da GM em seu transcorrer. Sabemos que o objetivo real disso tudo é o de condenar os trabalhadores. Porém, está mais que evidente que isso não deverá acontecer pois as ditas vítimas têm caído em contradição". Ele afirmou ainda que "nessa segunda etapa, a liberdade de imprensa está sendo cerceada, pois são poucos os jornalistas que têm acesso às audiências. O mais interessante na primeira etapa, quando foram ouvidos os trabalhadores, é que ela foi pública. Agora, não". Segundo Oliveira, os operários estão sendo intimidados, pois nos dias de audiência a polícia está de plantão no fórum. "Inclusive um carro da PM leva e traz para casa as ditas vítimas", completou.

Raul Lage, 41, gerente de Relações Públicas da GM, ao ser interpelado sobre o posicionamento do sindicalista, disse que "nada temos a declarar sobre o assunto, pois se trata de uma decisão da justiça".

No dia primeiro de julho do ano passado os 33 trabalhadores foram denunciados pelo promotor José Silvino Belantônio, com base em inquérito policial presidido pelo delegado titular do Derin, Alfredo Augusto. A denúncia do Ministério Público foi acatada pelo juiz Parahyba Campos no dia 27 de agosto. As penas que os sindicalistas poderão sofrer, dependendo da acusação, variam de quinze dias a oito anos de prisão.

NÃO SAIU NO JORNAL

ELEIÇÕES DIRETAS NA FEDERAÇÃO DOS ARQUITETOS

A Chapa 1 apoiada pela CUT venceu as eleições nessa federação por 1.269 a 924. Pela 1ª vez a votação foi direta (o que é proibido pela CLT) e não por delegação. A Chapa 2 apoiada pelo PCB não conseguiu grande votação nem nos seus redutos mais certos como SP por exemplo, onde teve apenas 53 votos a mais. Esta Federação, embora já esteja trocando sua diretoria, não foi reconhecida até agora pelo governo. BOL.NACIONAL CUT -5/86

UM PELEGO A MENOS

A Chapa 2 apoiada pela CUT venceu as eleições da Associação dos Funcionários da Universidade Federal de S.Carlos -SP. A Chapa 1 era composta pela direita, velhos fura-greves e contava com o apoio de todos os pelegos e militantes da CGT nessa região. A Chapa 2, vencedora, foi tirada numa convenção com a participação de 120 dos 700 funcionários da Universidade.

CONV.SOCIALISTA 28/5/86

SINDICATO DOS ENFERMEIROS-SP

Já nasce na CUT. A Chapa única encabeçada pela companheira Regina de Sena, luta pelo estabelecimento de piso salarial, criação da Federação, aposentadoria aos 25 anos, fortalecimento da CUT pela base, etc.

BOL.INJEÇÃO DE ÂNIMO-5/86

ACAMPADOS CONQUISTAM TERRA

Em 23 de agosto de 85 começou o acampamento de 82 famílias em Iturama-MG. No dia 30 de abril deste ano as barracas de plástico foram desmontadas. Eles conseguiram uma terra, apesar de todas as ameaças e promessas de emprego para abandonarem a luta. Eles afirmam: "Nós mostramos para eles que não temos só barriga, temos consciência, somos uma classe que sabe o que quer. Se nos organizarmos, unidos podemos mudar a ordem econômica e social do país. O processo de desapropriação da terra foi assinado por Sarney em 26/12, mas os fazendeiros entraram com Mandato de Segurança e o processo atrasou 4 meses.

PLANEJANDO-MG-maio/86

A FITTEL VEIO PARA FICAR

A Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações já está providenciando seu registro. Mas na prática ela já existe desde julho de 85 quando 6 Sindicatos de Telecomunicações (RS, DF, RJ, MG, BA e PE) romperam com a Federação Nacional (FENATTEL). Logo em seguida aderiram os sindicatos do ES, CE e PB, onde as oposições ganharam as eleições. Agora a base da FITTEL conta com 80% dos trabalhadores da base da FENATTEL. Com uma política combativa e o apoio da CUT, esta nova federação veio para ficar e lutar.

JORNAL DA FITTEL-DF -3/86

MULTINACIONAL BRIGA COM SINDICATO

A Clark, multinacional de máquinas em Campinas-SP, continua impedindo que seu funcionário João Luís, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, entre para trabalhar. Seu crime? -Exercer suas funções de dirigente sindical junto à categoria. BOL.Gpo.Fábr.CLARK-SP-5/86

CODEARA ASSASSINA MAIS UM

A Codeara de Sta.Terezinha, região do Araguaia-MT desde o ano passado mantém grupos armados em seu território. Um de seus pistoleiros atirou em um rapaz pelas costas dizendo que "precisava matar um para abrir sua sorte no ano". A Companhia procurou de todas as formas ocultar o crime, e financiou a fuga do assassino para a fazenda Jarinã em S.José do Xingu, onde está acobertado pela polícia local. Está é a justiça da Nova República. Nova?

ALVORADA-MT -maio/junho/86

STR DE BONITO-BA TEVE QUE "ENGOLIR" DELEGACIA SINDICAL

Fundada em 16/11/85, até agora não havia sido reconhecida pelo Sindicato. Quando cobrado, o pelego disse que só com órdem da FETAG. Assim, foi exigido que ele telefonasse para lá, com todos os trabalhadores presentes. Sem saída, o pelego cedeu, e a Delegacia foi oficializada.

BOL.DIOCESANO R.BARBOSA-BA maio/86

TRABALHADORES RURAIS IMPEDEM FRAUDE

Foi no STR de Gurupá-BA, onde a atual diretoria, tendo à frente o ex-delegado de polícia Benedito Sanches da Silva, queria tornar aptas para votar mais de 700 pessoas no dia da eleição. Ao perceberem a tramóia, já que havia apenas 225 fichas regularizadas, 200 trabalhadores ocuparam a sede do sindicato e impediram a realização das eleições. A oposição briga agora pela nomeação de uma junta governativa que a DRT já aceitou. Mesmo assim, eles não desocuparam o Sindicato.

JORNAL SEM TERRA-SP-maio/86

CUT CONFIRMA STR DE RIACHÃO-MA

Em 1985 o prefeito desse município, com ajuda do juiz e da DRT conseguiu anular as eleições do STR vencida por uma chapa ligada à CUT. Não adiantou, porque agora em abril, uma chapa única, também ligada à CUT e encabeçada pelo companheiro Emiliano Lopes de Souza venceu com 407 votos.

JORNAL SEM TERRA-SP-maio/86

TENSÃO E VITÓRIA EM TURIAÇU

Em clima tenso, com jagunços armados, em abril, mais uma chapa combativa ganha outro sindicato. Encabeçada por Francisco Abreu Oliveira, ela bateu por 1.102 a 312 a chapa apoiada pelo PDS.

JORNAL SEM TERRA-SP-maio/86

OPOSIÇÃO SINDICAL DE CONFECÇÕES E CHAPÉUS-CAMPINAS

Estão mobilizados para as eleições em outubro. O endereço para contato é Av.Dr. Campos Sales, 450-Campinas - SP, junto com os companheiros da Construção Civil.

BOLETIM DA P.O.Campinas maio/86

PELA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO NO PAÍS
CONTRA A DITADURA PATRONAL NAS FÁBRICAS

A classe trabalhadora brasileira tem feito, ao longo dos últimos anos, um gigantesco esforço para diminuir a exploração que sofre nas mãos da burguesia local e do imperialismo. Para tanto, teve de desenvolver suas organizações de classe e educar, na luta, toda uma nova geração de lideranças capazes de dirigi-las.

A classe dominante tem respondido de várias maneiras a este processo de organização dos trabalhadores. Nos 21 anos de ditadura,,a perseguição política era aberta e direta. Os trabalhadores eram ameaçados, cassados, assassinados, torturados, banidos, presos, etc. A estratégia fundamental da burguesia era a violência pura e simples. Mas a classe dominante preocupou-se também nesse período, em se armar com todo um conjunto de leis arbitrárias, por ela elaboradas, aprovada e utilizada em benefício próprio. Com isso, tentou legitimar a política de repressão aos direitos dos trabalhadores.

Veio a "Nova República" com sua promessa de democratização, mas a situação não mudou. No campo, os fazendeiros organizam bandas paramilitares com a anuência e/ou participação das autoridades para assassinar trabalhadores rurais. Em 1986, mais trabalhadores rurais tem sido assassinados que nos anos passados. A burguesia rural se organiza na União Democrática Ruralista (UDR),para financiar o banditismo.

São alvos prediletos de seus pistoleiros os dirigentes sindicais rurais, os padres e freiras da CPT, enfim, todos os que lutam pela organização dos trabalhadores no campo,

Na cidade, para efeitos de propagandas, a classe dominante, deu novo enfeite para sua política repressiva. Anuncia que não mais se comete arbitrariedade. Mas ela processa os trabalhadores, usando leis herdadas dos governos da ditadura (como LSN), ou leis pertencentes a épocas obscurantistas (como a lei anti-greve, da responsabilidades de Ulisses Guimarães). Ainda para mostrar que para as classes dominantes a luta dos trabalhadores é caso de polícia, processam os militantes sindicais (caso dos 33 da GM). Mas não usam as mesmas leis aos que desfalcaram o país (Maluf, Delfim, Figueiredo, Geisel, etc.), estes sim, atentadores contra os interesses coletivos da nação brasileira.

Enfim, fazem o mesmo que os militares, cometem arbitrariedades sob o rótulo de cumprimento da lei.

Tudo orientado a atacar as organizações e lideranças dos trabalhadores.

Para isso, até hoje não desmontaram nem uma vírgula de todo o entulho autoritário acumulado pela ditadura contra os trabalhadores.

Um exemplo claro disso é a continuidade da intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira. É uma forma de barrar o avanço da CUT nessa base sindical.

Mas a estratégia burguesa de ataque aos trabalhadores, não se baseia tão só na reedição do passado. Tem Avançado numa velha prática.

A DITADURA PATRONAL NAS FÁBRICAS

Se, para ganhar votos, a burguesia precisa mudar seu discurso, toda essa encenação acaba quando transpomos as portas das empresas. Dentro, reina a mais absoluta e descarnada ditadura. Lá eles isolam os dirigentes sindicais dos trabalhadores, demitem aos que tentam fazer organizações no local de trabalho (como Comissões de Fábrica), perseguem aos cipeiros que se atrevem a cumprir com suas funções fiscalizadoras, amedrontam os trabalhadores que querem protestar, etc. Em resumo, é dentro da fábrica onde se reencontra o discurso burguês com a prática burguesa: para o patrao todos os direitos dos trabalhadores são subversão.

São subsversão porque pretendem disputar o poder despótico que ele tem na sua fábrica, na "sua" propriedade, poder que se exerce sobre seres humanos. Seres que para ele, porém, tem menos valor que suas máquinas.

Consciente que toda a violência pública acaba ficando contra seus interesses eleitorais, as classes dominantes estão desenvolvendo uma violência "privada". Fazem das fábricas campos de concentração. Para tanto, desconhecem o mandato sindical, passam por cima da estabilidade dos dirigentes, proíbem a entrada dos representantes do Sindicato na empresa, perseguem aos sindicalizados, etc.

Centenas de dirigentes sindicais, membros de Comissões de Fábrica, Cipeiros, e militantes sindicais, tem sido demitidos desde a instauração da "Nova República". Ou para ocultar ainda mais, e "privatizar" melhor essa violência, as empresas pagam os ordenados dos trabalhadores com estabilidade "em casa", como uma forma de tirar todo o conteúdo do seu mandato (seja ela sindical, de comissão de cipa, etc.). Enfim, trata-se de acabar com qualquer direito político dos trabalhadores dentro das empresas. O grito de guerra dos empresários é este: "Nenhuma organização no local de trabalho!". Essa é melhor garantia de impunidade para a ditadura patronal no interior das empresas.

⇨

Só no caso do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Plásticas de São Paulo, há 21 diretores impedidos de entrar para trabalhar nas fábricas, e em consequência, impedidos de exercer seu mandato sindical.

DEMOCRACIA JÁ PARA OS TRABALHADORES

Nós trabalhadores brasileiros, somos cientes que os nossos direitos serão respeitados somente se nós lutarmos por eles. Sabemos que o fim da exploração que sofremos depende em grande parte do avanço das nossas organizações. Por isso, estamos decididos a fazê-las avançar e a defendê-las.

Reclamamos das autoridades nacionais garantias para o exercício da atividade sindical. Desafiamos, em especial, o ministro Almir Pazzianotto, a se posicionar sobre estes acontecimentos.

Conclamamos os trabalhadores brasileiros e o povo todo a defender no processo da constituinte, as liberdades e garantias à organização dos trabalhadores, votando naqueles candidatos identificados com estas bandeiras.

Finalmente, em conhecimento do que está em jogo nesta luta, afirmamos nossa decisão de defender nossas organizações com todos os meios ao nosso alcance. Nesse sentido, não pouparemos esforços para realizar ações diretas de defesa dos nossos direitos políticos na sociedade em geral, e dentro das empresas em particular.

PELO FIM DAS LEIS REPRESSIVAS
PELO FIM DA DITADURA PATRONAL NA FÁBRICA
PELO FIM DA VIOLÊNCIA DOS LATIFUNDIÁRIOS
DEMOCRACIA JÁ PARA OS TRABALHADORES

São Paulo, 1 de junho de 1986.

CUT REGIONAL GRANDE S.PAULO

Greves: desembrulhando o pacote

BOLETIM NACIONAL DA CUT maio 86

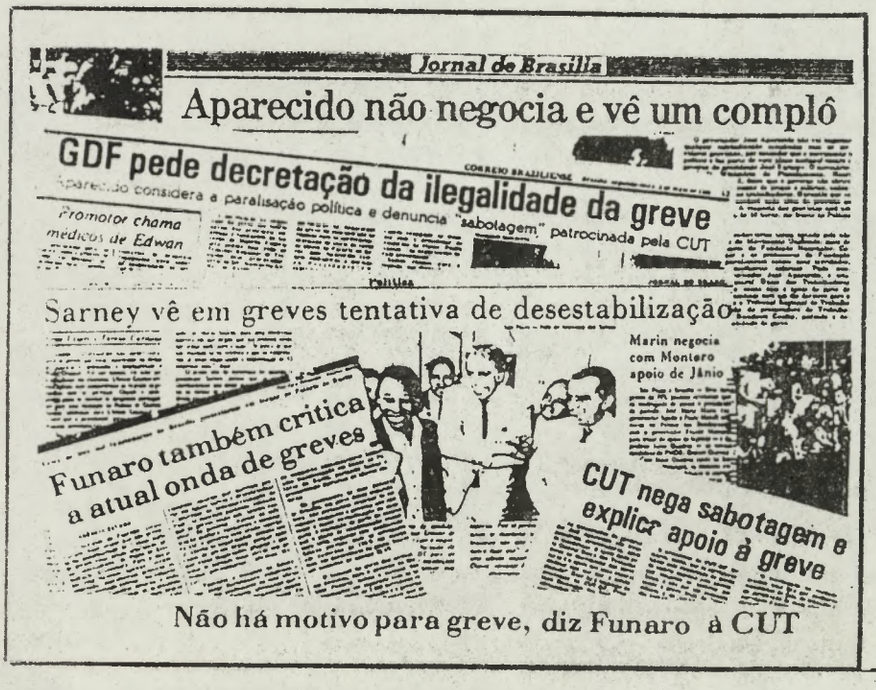
Foram 137 greves no país durante os dois primeiros meses (março-abril) de vigência do pacotão da Nova República baixado a 28 de fevereiro passado. Os motivos principais das paralisações foram a recusa dos trabalhadores em aceitar reduções de salários (pelo cálculo pela média dos últimos seis meses) e o não cumprimento pelos patrões de acordos de reposições salariais acertados antes do pacote.

Em número de greves, as paralisações em 86 representam pouco mais de 18% de aumento em relação ao mesmo período de 1985 (107 greves), mas reduziu-se o número de trabalhadores envolvidos devido a ausência de algumas categorias significativas como os metalúrgicos do ABC. Estes dados levantados pelo Departamento Intersindical de Economia e Estatística (Dieese) foram divulgados dia 15 de maio e excluem as greves por agência de bancários.

O governo inicialmente alardeou o "fim das greves" diante do "apoio da população" a seu pacote. Diante da realidade da existência de greves, desencadeou uma saraivada de bombas contra os movimentos. Governo e Aliança Democrática, seguidos dos patrões e banqueiros não mediram esforços, descaramento e mau-caratismo para impedir o direito dos trabalhadores de defender seus salários. Contando com o apoio e espaço aberto pelos donos dos grandes veículos de comunicação abriram fogo na tentativa de enganar a opinião pública, intimidar trabalhadores e recriar o velho Brasil do "ame-o ou deixe-o". Quem faz greve é "sabotador, antipatriota, agente inimigo". Como disse com todas as letras o Ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, do alto de sua prepotência de experimentado vice-presidente de Figueiredo-prendo-e-arrebento: "qualquer greve por certas que sejam suas reivindicações é impatriótica neste momento que o governo tenta acertar a economia". Na boca de um milico-ditador não sairia coisa melhor: ao governo cabe o direito de fazer o que quiser. Como são os trabalhadores que arcam com os custos dos "acertos de rota" da economia, não podem reivindicar mesmo com razão porque atrapalham a ação do governo. Vai, assim, para as cucuias o tempo que um governante falava em "poder do povo, pelo povo e para o povo"...

E do "impatriotismo" para a "sabotagem organizada" faltava um passo, dado com a grosseira utilização dos meios de comunicação pelo Governador do Distrito Federal, José Aparecido, que diante da greve de mais de 50 mil servidores foi à televisão para anunciar o "início do plano nacional da CUT de sabotagem de Nova República." Não contente em tentar instaurar o engano e o pânico anti-servidores, viu agentes e veículos a serviço de uma "inssurreição". Absurdo que uma "autoridade" deste quilate não precise provar nada do que disse.

Mas o que as greves estão mostrando é que os trabalhadores não são massa de manobra e que está encerrada qualquer "trégua" de que o governo queria obter com o pacote. Neste curto intervalo, o movimento sindical buscou entender os efeitos do pacote e sentiu suas reais conseqüências. Em segundo lugar, demonstram o quanto tinha razão a CUT quando disse que o pacote tinha um conteúdo político predomi-


Jornal de Brasília

Aparecido não negocia e vê um complô

GDF pede decretação da ilegalidade da greve

Aparecido considera a paralisação política e denuncia "sabotagem" patrocinada pela CUT

Promotor chama médicos de Edwan

Sarney vê em greves tentativa de desestabilização

Marin negocia com Montoro apoio de Jânio

Funaro também critica a atual onda de greves

CUT nega sabotagem e explica apoio à greve

Não há motivo para greve, diz Funaro à CUT

nante de tentar esvaziar o movimento dos trabalhadores, particularmente a luta pela reposição salarial das perdas acumuladas e a defesa da redução da jornada sem redução salarial. Nunca se viu tanto discurso sobre a "saúde da economia" do país, como se não estivesse aí incluída a saúde (quer dizer trabalho, salário) dos trabalhadores, que viram congelada a sua miséria.

Mas foi na greve dos 55 mil servidores empregados do governo do Distrito Federal que a "Nova República" tirou a roupa de vez. José Aparecido, governador indicado pelo Planalto. Foi à televisão, descobriu um "complô nacional" e só faltou pregar o linchamento dos grevistas. Mas apesar de seus balanços indicando o "fracasso da greve", foi perdendo terreno para o massiço apoio à greve por parte dos servidores.

Metalúrgicos, marítimos, professores, eletricitários, metroviários, têxteis, bancários, sapateiros, mineiros, portuários, ferroviários, servidores, médicos, auxiliares de ensino, vigilantes, funcionários de universidades, papeleiros em dezenas de cidades, do Rio Grande do Sul a Manaus, sustentaram nestes dois meses uma campanha violenta. E ganharam na maioria das vezes, arrancando parte das reivindicações e no enfrentamento com velhos esquemas repressivos conquistando um direito que a Nova República com seu pacote tenta eliminar: o direito dos trabalhadores de reivindicar e fazer greve para garantir condições de trabalho e de vida. A CUT jogou um papel fundamental nisto, e não por acaso sofre tamanhos ataques.

greves greves greves

FIAT DE BETIM-MG PÁRA PARCIALMENTE

9.500 horistas entraram em greve contra meia hora extra diária instituída pela empresa em situação de emergência. A greve foi parcial e durou apenas algumas horas, o que afetou 10% da produção do dia. A FIAT afirma que o esquema de horas extras vai até dia 13/6 e estuda a implantação de um novo turno de trabalho, que é uma velha reivindicação dos operários. GAZ.MERC. 6/6/86

CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EM CURITIBA

Cerca de 20.000 trabalhadores desse setor pararam reivindicando aumento real de 15% e reposição salarial. Os patrões se dispõem a conceder 3,9%. GAZ.MERC. 5/6/86

greves greves greves greves greves greves

MASSEY PERKINS DE SBC-SP VOLTA AO TRABALHO

Fazendo um acordo de trégua por 30 dias, estes metalúrgicos aguardam a revisão de cargos e salários, elaboração de plano de equiparação salarial e aumento real de 15%. 800 trabalhadores permaneceram parados por 3 dias. O ESP-7/6/86

GREVE NO SETOR DE SAÚDE-SP

Com cerca de 90% de greve na Capital e 25% no interior, os trabalhadores do setor de saúde vêm parando hospitais, Centros de Saúde e Secretarias, reivindicando, entre outras coisas, incorporação de gratificações aos salários, criação de carreira multiprofissional, redução da jornada de 35 para 30 horas. Esta greve já dura mais de uma semana. FSP 10/6/86

SERPRO PARA ATÉ LOTERIAS

Numa greve curta, apenas 24 horas, os trabalhadores (8.000) em processamento de dados dessa empresa estatal interromperam todo o trabalho de computadores das loterias, Receita Federal, BNH, INCRA, SUNAB, etc. Esta greve foi a nível nacional.

Eles reivindicam cumprimento do acordo salarial de novembro e 21% de aumento. JTarde-5/6/86

GREVE LEGAL NA BRÁS-CUBAS-SP

O TRT declarou lega a greve dos professores da Universidade Brás-Cubas, em Mogi das Cruzes que durou mais de 15 dias. As reivindicações são por isonomia salarial (cargos semelhantes, mesmos salários), criação de quadro da carreira docente e pagamento de salários até o dia 10; a instituição de quinquênios. Todas essas reivindicações já haviam sido prometidas quando da transformação das faculdades em Universidade. Agora são negadas pela direção da escola.

DIÁRIO POP. 29/5/86

VITÓRIA NA PAOLETTI

Com apenas um dia de greve, 1400 trabalhadores conseguiram 23% de aumento no piso igualando-o ao da CICA. Em março, haviam conquistado um piso de CZ$ 2.100, que com o Pacote abaixou para CZ$ 1.505.

CONVERGÊNCIA 28/5/86

GREVE NO COMÉRCIO DE MANAUS

Os funcionários da Lojas Americanas entraram em greve paralizando 50% de suas atividades em protesto contra a demissão de 40 colegas sem justa causa. Lutam ainda por um piso de três salários mínimos, pagamento das horas extras e denuncia a existência de uma sala de torturas para pessoas acusadas de furto. Denunciam ainda que a loja continua remarcando os preços.

O ESP - 22/5/86

FIM DAS FÉRIAS COLETIVAS

Os juízes do Espírito Santo encerraram suas **férias coletivas** após 16 dias de greve. Durante esta greve branca ficaram paralizados mas de 100 mil processos.

FSP 22/5/86

CICA EM GREVE

Dois mil e cem trabalhadores pararam a produção da CICA que está em concordata desde o fechamento fraudulento do Banco Auxiliar, pertencente ao mesmo grupo. Eles reivindicam pagamento dos dias parados, não punição dos grevistas, aumento real de 30%, um ano de estabilidade e adicional de periculosidade.

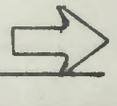
GAZETA MERCANTIL 3035/86

METALÚRGICOS DE S. PAULO

** Metalco e Mecanotrix tiveram uma greve vitoriosa conquistando 10% para os ajudantes, redução da jornada para 44 horas, reajuste automático a cada 5% de inflação no caso da Metalco e; 5% de aumento real, estabilidade de 90 dias e redução para 45 horas na Mecanotrix.

FOLHA BANCÁRIA 2/6/86

**Na Laminação Brasil, 600 metalúrgicos também conseguiram uma vitória, conquistando equiparação salarial, uniformo-



greves greves greves

me, café com leite, pão com manteiga, efetivação de temporários e perícia para avaliar grau de insalubridade.
DIÁRIO POPULAR 23/5/86

**Na ISER, 620 trabalhadores lutam por aumento real, redução da jornada, fim da pressão das chefias e equiparação salarial. Já na Fundesp, 350 pararam e tiveram greve por mais de 15 dias. Reivindicam CIPA, adicional de insalubridade, aumento de 10%, equiparação salarial, reclassificação em carteira e uniformes. Nem com a decretação da ilegalidade, com a demissão de 90 trabalhadores mais intervenção da polícia a greve foi - suspensa.
NOTÍCIAS POPULARES 6/6/86

**Outras metalúrgicas que paralisaram suas atividades por aumento real: Fundição Arasaki, 50 trabalhadores; Bianca, 500; Facabrás, 200 operários.
NOTÍCIAS POPULARES 11/6/86

**Os trabalhadores da Indústria Mecânica Langer ficaram 4 dias em greve no mês de junho. Conseguiram 20% de aumento a partir de 1.5.86; reclassificação de cargos e salários em carteira profissional; uniformes.
CUT ZONAL SUDESTE-9/6/86

**GREVE NO JARDIM ZOOLÓGICO: Na assembléia dos trabalhadores realizada a 13/6, foi decretada a greve para 4ª feira, 18/6. Principais reivindicações: 60% de aumento; equiparação salarial; estabilidade de um ano; eleição imediata da comissão de empresa garantida no dissídio coletivo; redução da jornada para 40 horas; segurança no trabalho; fim das condições insalubres; convênio médico; respeito aos cipeiros e tempo livre para que eles possam fazer seu trabalho; fornecimento de leite para todos; não compensação do domingo de folga; fim das perseguições.
CUT ZONAL SUDESTE-13/6/86

O lobby do latifúndio

Acusados de montarem milícias particulares, os produtores rurais agora agem à luz do dia no jogo político da UDR

SENHOR 3/6/86

Com menos de um ano de vida, a União Democrática Ruralista (UDR) tornou-se tão poderosa quanto outras instituições – algumas seculares, como a Igreja – envolvidas na questão da reforma agrária. Constituída por proprietários de grandes extensões de terra, a UDR conseguiu estabelecer um canal direto de diálogo com as instâncias mais altas da República, onde seus interesses estão bem representados, e com isso podar a essência dos planos fecundados no Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. Pode-se dizer, por isso, que ela ajudou a derrubar o ministro Nélson Ribeiro. A UDR faz mais. Autoridades militares encarregadas de zelar pela segurança nacional já recorreram a ela em busca de apoio logístico para vistoriar áreas de conflito. E a Igreja, em geral tão tolerante com aqueles a quem considera pecadores, não hesitou em punir seus dirigentes regionais no Maranhão com uma espécie de excomunhão branca, estendida ao governador Luiz Rocha e ao seu secretário da Justiça.

O rigor eclesiástico desabou sobre a UDR justamente quando era maior a sua notoriedade, proporcionada pela associação de dois episódios ocorridos em data e local idênticos. No dia 10 de maio, lideranças nacionais da entidade confraternizavam-se com fazendeiros do Maranhão, na cidade de Imperatriz, pela criação de sua seção estadual, enquanto a poucos metros dali um pistoleiro assassinava o padre Josimo Moraes Tavares, ativista da Pastoral da Terra na região do Bico do Papagaio, na junção do Maranhão com Pará e Goiás, palco de violentos conflitos fundiários. Se, até então, os defensores da reforma agrária apenas colocavam a UDR sob suspeita, a partir daí não tiveram dúvidas em condená-la abertamente.

Enquanto ameaça levar seus acusadores às barras dos tribunais, a UDR jura ser vítima de uma armadilha do destino. Já o padre Josimo, segundo seus dirigentes, é o caso típico de alguém que plantou vento e colheu tempestade. Josimo teria insuflado lavradores sem-terra, que teriam assassinado um agricultor, cujos familiares se vingaram matando o padre. "Ao contrário do que se proclama, ele não era um santo", sustenta o fazendeiro paulista Plínio Junqueira Júnior, um dos principais articuladores nacionais da UDR e diretor da seção de Presidente Prudente. No Bico do Papagaio não se fazia segredo, porém, de que há muito o padre Josimo estava jurado de morte por donos de terras invadidas

Prevenindo-se de acusações de julgar sem provas, os bispos maranhenses procuraram frisar que as sanções canônicas aplicadas à UDR não tinham relação com a morte do padre, mas com suas denúncias incriminando a Igreja de fomentar a luta no campo. De qualquer modo, essa reação fulminante revela que a UDR incomoda e, se incomoda, é porque ela tende a se tornar um empecilho cada vez maior à reforma agrária pretendida pelos setores mais progressistas da sociedade. A UDR garante que não é contra a reforma, desde que ordeira e criteriosa. Mas, diante de seu receituário, há quem desconfie que ela quer, na verdade, adiar indefinidamente sua execução.

Segundo a ordem das prioridades defendida pela UDR, a reforma começaria pelas terras do governo, estendendo-se depois às propriedades de instituições como a Igreja, das multinacionais e só então, se fosse inevitável, atingiria os latifúndios produtivos. A UDR sustentou arduamente esta proposta perante uma comissão oficial formada em Goiás por produtores, trabalhadores e governo, que elaborou uma pauta consensual de reivindicações. Enviada ao presidente Sarney, a proposta acabou sendo rejeitada. Seus patronos resolveram então levá-la diretamente ao ministro Marco Maciel. Bateram na porta certa: foi Maciel quem eliminou dos planos de Nélson Ribeiro a definição das áreas prioritárias para fins de desapropriação. A UDR também trafega com desenvoltura pelos ministérios da Agricultura, Justiça, Exército, Gabinete Militar e pelo SNI.

Quando da sua criação, em junho do ano passado, logo após o presidente Sarney ter anunciado que era chegada a hora de fazer uma reforma agrária no País, nem mesmo os ideólogos da UDR ima-

ginavam que ela chegaria tão longe. Um deles, Plínio Junqueira Júnior, tampouco imaginava há quatro anos que uma entidade como aquela seria algum dia necessária.

Engenheiro agrônomo, diretor-presidente de cinco empresas agroindustriais, ele é o que se pode chamar de um homem frio. Em vez de reagir com violência à derrubada das benfeitorias de sua fazenda, preferiu documentar tudo através de uma câmera fotográfica, colhendo imagens que foram anexadas a um dossiê sobre irregularidades que teriam sido comprovadas nos últimos três anos: ocorrências policiais em que assentados figuram como acusados, concessão de facilidades indevidas e erros técnicos nos projetos de assentamento, entre outras.

Com essa arma na mão, o fazendeiro passou a percorrer o País denunciando a aproximação do apocalipse, inclusive em gabinetes ministeriais.

Junqueira iniciou sua peregrinação em plena excitação dos empresários rurais com o anúncio do presidente sobre a reforma agrária e, assim, não lhe faltava apoio. A idéia de criação da UDR surgiu ao fazer sua primeira exposição, em Goiânia, onde um jovem médico de família tradicional, Ronaldo Caiado, há tempo articulava o nascimento de um partido político voltado para a defesa dos produtores e para o combate ao avanço dos movimentos de trabalhadores sem-terra. Caiado e Junqueira acabaram-se convencendo de que uma entidade classista não atrelada ao Ministério do Trabalho seria mais conveniente do que um partido político por proporcionar a autonomia e a independência necessárias para o tipo de ação que a UDR se propunha realizar.

Nos últimos dias de junho do ano passado, a UDR começou a tomar corpo durante um encontro de produtores rurais realizado em Brasília, marcado pelo choque de posições de duas correntes majoritárias. Uma, puxada pelas chamadas lideranças modernas, encarava a reforma agrária como inevitável e defendia a necessidade de os empresários tomarem-lhe as rédeas. A outra, radicalmente contrária à reforma, não poupou vaias à primeira. "Para cada fazenda invadida, um padre morto", ameaçavam jocosamente seus representantes mais exaltados. Desse grupo saiu a primeira leva de associados da UDR.

No mês de agosto, a entidade fazia sua apresentação à sociedade

Reforma no campo tem novo ministro

promovendo em Goiânia um leilão de 1.600 cabeças de gado, doadas por fazendeiros da região.

Juntamente com dois outros leilões, promovidos em Prudente e em Redenção, no Pará, a UDR teria faturado mais de Cz$ 15 milhões com a venda de sete mil cabeças de gado. Em Redenção, grande foco de tensão fundiária, os organizadores esperavam conseguir a doação de 1.500 animais, mas apareceu o dobro e o leilão teve de ser realizado em duas etapas.

Neste domingo, 1º de junho, está marcado novo leilão para a cidade de Iturama, no Triângulo Mineiro, e ainda em junho deve acontecer outro no município paulista de Avaré. Há planos de realizar mais cinco até o final do ano, numa maratona que seria encerrada às vésperas da Constituinte, com um ato político: dez mil cabeças de gado seriam enfileiradas na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

A UDR não faz segredo de que boa parte de suas verbas serão consumidas nas campanhas eleitorais de candidatos recrutados em suas próprias fileiras ou que simplesmente se comprometam com os postulados ideológicos da entidade, especialmente em relação à defesa da livre iniciativa e da propriedade privada. São herdeiros naturais dessa fortuna o deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB, e o deputado maranhense Magno Bacelar, do PFL, que pleiteará uma vaga no Senado, assim como o ex-deputado federal Sérgio Cardoso de Almeida. O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, também poderá concorrer à Constituinte pelo PFL de seu Estado. E a entidade procura convencer líderes empresariais, como Flávio Telles de Menezes, a aceitar o desafio das urnas.

"Entidades desse tipo, com essa morfologia, proliferaram durante o pré-64", adverte Plínio de Arruda Sampaio, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária e candidato a deputado federal pelo PT (Arruda Sampaio é também consultor da ONU para questões de reforma agrária, depois de ter sido funcionário das Nações Unidas, no mesmo setor, de 1964 a 1974). "Depois se verificou que suas finalidades não eram aquelas mencionadas no estatuto", conclui Arruda Sampaio. Os mais desconfiados acham, porém, que um único parágrafo do estatuto da UDR já é suficiente para colocar os democratas em estado de prontidão. Segundo o estatuto, entre os objetivos da entidade está o de "defender todos os direitos e interesses dos meus associados... *Com o mesmo porte de ameaça* a esses direitos e interesses, com assistência integral, *de qualquer natureza*". Há quem pergunte: isso inclui o recurso do jagunço armado?

Para o novo ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, aparentemente sim. "Eu não converso com fazendeiros armados", afirmou Dante no dia da sua posse, descartando qualquer possibilidade de abrir entendimentos com a UDR. Embora considerassem o ex-ministro Nélson Ribeiro um homem politicamente fraco, e por isso incapaz de impri-

mir um ritmo mais radical à reforma agrária, os dirigentes da UDR receberam com satisfação sua saída, na esperança de que seu lugar fosse ocupado por alguém mais permeável aos interesses dos produtores rurais. Perderam e já estão com saudades de Nélson Ribeiro.

Se não reza nem pela cartilha de Dante de Oliveira nem pela da Igreja, a UDR parece ter afinidades com a TFP, seita famosa por seu exacerbado anticomunismo e por introduzir seus seguidores na prática de artes marciais. Há três semanas, Ronaldo Caiado enalteceu os laços de amizade que unem a UDR à seita de Plínio Corrêia de Oliveira, através de uma emissora de rádio de Conceição do Araguaia. Disse mais: sua entidade patrocinou os anúncios pagos da TFP publicados em vários jornais do País, onde se tentava legitimar a reação armada diante de um esbulho. Dias depois, o professor Corrêia de Oliveira procurou desmentir o presidente da UDR dizendo que a publicação dos anúncios fora paga com contribuições de fazendeiros, pessoas físicas. Quem diria: a TFP acha que ter seu nome associado à UDR pode causar prejuízos à sua imagem. Recentemente, entidades religiosas norte-americanas e canadenses, que abastecem de verbas os órgãos da Igreja brasileira, como a CPT, envolvidos na reforma agrária, informaram à CNBB terem sido procuradas por representantes da UDR que faziam o *lobby* anti-reforma agrária, e acusavam os bispos brasileiros de insuflarem os sem-terra – "coisa de comunista", no dizer deles.

Diante de uma concentração tão grande da terra e da manutenção de imensos latifúndios inexplorados, em contraste com o estado de miséria absoluta em que vivem 18 milhões de brasileiros no campo, é natural a existência massiva de posseiros por todo o País. Anormal é que eles sejam caçados por jagunços. No ano passado, mais de 160 pessoas morreram em conflitos fundiários e, apenas nos quatro primeiros meses de 86, essa guerra já tinha feito mais 80 vítimas. Maio promete bater um incômodo recorde.

Durante o regime militar, o setor agropastoril recebeu alentada injeção de recursos, concedida mediante gordos subsídios, o que, se ajudou a aliviar o balanço de pagamentos do País e a ativar a política de substituição de importações, agravou o problema da terra. Mas, ainda hoje, não são poucos os empresários que pleiteiam o adiamento da reforma agrária sob o argumento de que antes é preciso elaborar uma política agrícola, o que significa também a injeção de novas verbas no campo. Desse jeito, quando virá a reforma?

Sérgio Cardoso de Almeida, um dos expoentes da UDR, costuma relembrar que, nos idos de 64, o ministro Roberto Campos veio contar-lhe que o Banco Mundial e a Aliança para o Progresso estavam pressionando o Brasil em favor da reforma agrária. "Fique tranqüilo que vamos fazer uma lei que não terá condições de ser aplicada e ficará perdida nas prateleiras como tantas outras existentes no País", teria dito Roberto Campos, segundo Cardoso de Almeida. A reforma agrária do governo Sarney é muito mais tímida do que aquela criada pela ditadura militar, mas nem esta tem boa aceitação entre os empresários.

Quem é quem no latifúndio

Proprietários	Área total (ha.)	UF	Nº total fazendas possuídas	Pessoal ocupado
01. Manasa Madeireira Nacional	4.302.190,0	AM	6	68
02. Aplub Agro Florestal Amazônia S/A	2.245.622,5	AM	24	148
03. Cia. Florestal Monte Dourado	1.682.227,0	PA	2	S/Inf.
04. Adalberto Cordeiro e Silva	1.382.134,0	AM	4	10
05. Mustafá Said	1.074.536,0	AM	12	28
06. Cotriguaçu Colonização do Áripuna S/A	1.000.000,0	MT	1	S/Inf.
07. João Francisco Martins Barata	1.000.000,0	AP	1	S/Inf.
08. Manoel Meireles de Queiroz	975.000,0	AC	1	S/Inf.
09. Albert Nicola Vitali	690.340,0	BA	2	S/Inf.
10. Pedro Aparecido Dotto	671.480,0	AC	2	S/Inf.
11. Mazih Hassan Elmadula	661.174,0	AM	2	0
12. Mário Jorge Medeiros de Moraes	587.086,0	AM	2	S/Inf.
13. Rosa Lina Gomes Amora	584.157,0	AM	63	24
14. Cia. Desenv. do Piauí	577.882,5	PI	1	S/Inf.
15. Moraes Madeira Ltda.	577.341,6	AM	1	S/Inf.
16. Agroindústria do Amapá S/A	540.613,0	AP	1	S/Inf.
17. Cia. de Colonização do Nordeste	448.000,0	MA	1	S/Inf.
18. Adão Medeiros Paz	432.119,4	AM	1	S/Inf.
19. Jussara Marques Paz	432.119,4	AM	1	S/Inf.
20. Jorge Wolney Atalla	427.390,0	AC	1	S/Inf.
TOTAIS:	20.291.412,4		129	

NOTA: 20 proprietários possuem 129 fazendas que somam 20.291.412,4 ha., uma área quatro vezes maior do que o Estado do Rio de Janeiro.

RELATÓRIO RESERVADO

2 a 8 de junho de 1986

REFORMA AGRÁRIA

O decálogo dos 'contras'

O ex-presidente do Incra, José Gomes da Silva, acha que a proposta do governo para a reforma agrária – conduzida pela Casa Civil e pelo Conselho de Segurança – revela o propósito de não realizar mudança alguma na estrutura da propriedade no campo ou de só realizá-la em espaços sem importância econômica. Logo após a nomeação de Dante de Oliveira, em conversa com o RR ele analisa o que seria o decálogo da *contra-reforma* e mostra como cada um dos pontos da política a ser praticada é apenas a continuidade dos projetos de colonização da Velha República. Eis o resumo de seu pensamento.

1 – Trata-se, na verdade, de uma política de ocupação do território. Deslocar o eixo físico da reforma, do Nordeste, para a Amazônia mantém protegido o latifúndio próximo dos centros de consumo e leva o processo para as terras devolutas da fronteira agrícola.

2 – Dar prioridade ao minifúndio torna o processo de produção econômica resultante da reforma lento e tecnicamente difícil.

3 – A formulação política viável para a reforma agrária deve isolá-la de movimentos extremistas. Situá-la à esquerda ou à direita é boicotá-la.

4 – Uma casinha com cerca, estábulo e jardim para cada família não é o objetivo da reforma. A maneira bucólica de encará-la encobre o fato de que o excessivo parcelamento das terras pode criar unidades de produção incapazes de acompanhar o desenvolvimento tecnológico e de permitir aumento da renda das famílias.

5 – A reforma, no entanto, precisa ser singela e técnica, sem chegar à sofisticação. Deve ser co-administrada pelos trabalhadores para que sua implementação seja viável e em dimensões adequadas.

6 – A reforma não é um presente do Estado, é uma conquista e por isso os trabalhadores não podem ser afastados de sua concepção e execução. Não é um projeto feito por empresa de consultoria.

7 – O pagamento das desapropriações deve ser feito em títulos da dívida agrária e não em dinheiro. Afinal, o latifúndio improdutivo fere a lei e deve ser punido de alguma forma, sem se chegar ao extremo do confisco.

8 – O projeto agora em vigor dilui o propósito inicial em derivativos como a idéia de colonização de terras, praticada no governo Médici, e a distribuição de títulos, de propriedade de Figueiredo.

9 – A sobreposição de grupos de trabalho e de instâncias de decisão revela o propósito de, burocratizando o processo, prescrevê-lo.

10 – O órgão responsável pela reforma deveria ter tempo predeterminado de vida, o que evitaria que a tendência de autopreservação da instituição prolongasse a reforma, exigindo, de início, tempo exato para sua execução.

Rota mercenária

ISTOÉ 28/5/1986

Conexão internacional pode estar alimentando a violência contra a reforma agrária no país

Um ingrediente explosivo pode ter sido adicionado ao cenário tumultuado do campo brasileiro, sacudido nas últimas semanas por uma série de mortes envolvendo posseiros, religiosos e grandes proprietários de terras. Na semana passada surgiram indícios inquietantes de que pode haver uma conexão internacional despejando armas de alto calibre no interior do Brasil. Elas teriam saído diretamente dos porões do navio *Nobistor*, apreendido por autoridades brasileiras dia 14 de março. Até o começo da semana passada, o *Nobistor* estava envolvido apenas num rocambolesco caso de tentativa de golpe de Estado, conduzido por mercenários americanos e argentinos contra o país africano de Gana, e teria vindo parar nas costas brasileiras vítima de um acidente mecânico.

Nos últimos dias se descobriu, no entanto, que a avaria mecânica do *Nobistor* fora provocada, como aparente pretexto para uma inexplicável baldeação na praia de Itaipu, em Niterói. Foi lá que agentes da Polícia Federal detiveram os mercenários e, em vez de investigar e elucidar o mistério do *Nobistor*, acabaram provocando mais dúvidas que esclarecimentos. Ninguém sabia explicar, até o fim da semana passada, o que tinha sido feito das armas pessoais dos mercenários – metralhadoras UZI, de origem israelense e fabricadas sob licença na Argentina, e similares checas, as AK-78Z, com avassalador poder de fogo, conhecidas pela alcunha de "guerra nas estrelas". Desaparecidas em Niterói, elas podem ter reaparecido, num passe de mágica, nas mãos de agentes federais destacados para atuar nas últimas semanas na conflagrada região do Bico do Papagaio, onde foi assassinado dia 10 o padre Jósimo Tavares, em Imperatriz, no Maranhão. Comandados do delegado Romeu Tuma apareceram nas telas de televisão, com reportagens sobre o conflito de terras, portando luzidias metralhadoras UZI. Como a Polícia Federal não usa esse tipo de armamento, ficou no ar a tradicional suspeita de que os federais haviam guardado perigosas lembranças da visita ao convés do *Nobistor*. Sabe-se que é prática legal incorporar ao patrimônio da União todo e qualquer contrabando apreendido. Mas as metralhadoras UZI e AK-78Z foram roubadas depois de apreendidas e antes de entrar para o acervo da União.

Mais inquietante ainda foi outro roubo descoberto dias atrás na explosiva carga trazida pelos mercenários da Argentina. Em inspeção realizada a 24 de abril, o Ministério do Exército constatou a falta de 85.500 balas calibre 7.62, duas metralhadoras pesadas MAG, duas escopetas calibre 12/17, além de outros itens menores, mas igualmente mortais, que deveriam estar no *container* do *Nobistor*. O buraco por onde sumiram essas armas e munições pode ter ido dar quase no mesmo local onde foram aparecer as armas pessoais dos mercenários – só que em mãos menos confiáveis e visíveis que as dos agentes da Polícia Federal. Tiradas dos *containers* de onde vieram da Argentina, elas poderiam estar, nas palavras de um agente ouvido por ISTOÉ, "nas mãos de quem está contra uma coisa importante que o governo quer fazer" – ou seja, com fazendeiros dispostos a impedir a bala que o presidente José Sarney realize a reforma agrária que anunciou e cujos planos definitivos, em todos os Estados, assinou a semana passada com o ministro Nélson Ribeiro. O agente, que acompanhou de perto as investigações sobre o armamento apreendido, promete que esta semana a polícia vai estourar depósitos de munições pesadas mantidas por alguns fazendeiros.

O aparecimento e confirmação dessa conexão internacional vão aumentar perigosamente a temperatura no campo brasileiro, onde a violência criou um clima de guerra na luta pela posse da terra. De fato, desde que o padre Jósimo foi assassinado, a escalada de violência não cessou de crescer, tornando mais visível ainda a impunidade dos crimes

que assolam as áreas rurais do país. As 5 horas do dia 17, sábado, sete pistoleiros chegaram de carro no povoado do Centro Aguiar, um pequeno amontoado de casebres no município de Lago do Junco, a 230 quilômetros da capital maranhense. Antônio Fontenelle Ferreira, 25 anos, líder sindical e lavrador, só teve tempo de pular da rede onde dormia, pegar uma calça velha e correr alguns metros na direção do mato antes de ser atingido por um tiro nas costas e outro na cabeça. Embriagados, os pistoleiros vararam o dia e a noite na localidade, vigiando o cadáver e disparando a esmo. Só permitiram que o enterro fosse realizado na manhã seguinte, com a presença apenas do pai da vítima. As suspeitas do crime recaíram imediatamente sobre o fazendeiro Adelino Pereira Lima, dono da propriedade de 300 hectares onde está encravado o Centro do Aguiar.

Na última quinta-feira, Adelino compareceu à delegacia local para assegurar sua inocência – o que pode tornar o caso mais complexo. Segundo a advogada Conceição Andrade, ligada à organização Ação Cristã no Meio Rural, até recentemente Adelino era propenso ao diálogo e tentava resolver os inúmeros conflitos da região com negociações. Tudo mudou no mês passado, quando sete posseiros foram chamados à delegacia para explicar a derrubada de uma cerca na propriedade de Adelino. Era um caso trivial de polícia, mas dessa vez perto de oitenta fazendeiros vizinhos resolveram entrar em cena, convocados pela União Democrática Ruralista (UDR), e cercaram a delegacia. "O problema não é só seu, Adelino", esbravejou na ocasião o fazendeiro Rubem Jorge de Melo, presidente da UDR no Vale do Mearim. "Agora ele é nosso também e nós vamos resolver isso."

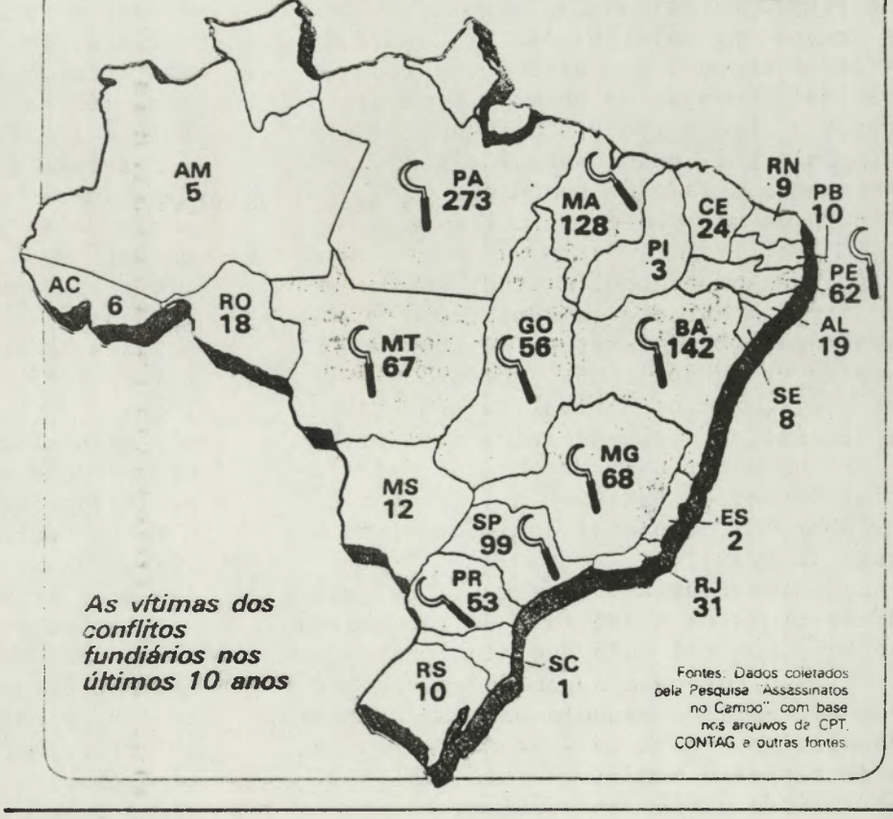
O líder morto no sábado, Antônio Fontenelle, nada tinha a ver com os sete posseiros e fora ao local apenas por solidariedade. Mas saiu de lá marcado para morrer, não se sabe agora se pelo fazendeiro Adelino ou, na hipótese de maior gravidade, pela própria UDR. No mínimo, pesa agora sobre aquela organização a forte suspeita de ter instigado um fazendeiro a uma ação extremada. Se ficar provada a inocência de Adelino, cai sobre a UDR a suspeita de ter armado os braços dos pistoleiros.

O conflito fundiário fazia mais uma vítima dois dias após a morte de Fontenelle. Na segunda-feira, 19, o presidente do Sindicato dos Trabalhdores Rurais de Varzelândia, Norte de Minas, Valdeci Alves de Almeida, 29 anos, levou dois tiros pelas costas e foi hospitalizado em estado grave. Menos sorte que Almeida tiveram outras quatro pessoas envolvidas na questão fundiária e assassinadas na semana passada. Na noite de quarta-feira o técnico Josael Lima, 51 anos, seis filhos, ex-candidato pelo PMDB à prefeitura da Barra, a 650 quilômetros de Salvador, foi morto com um único tiro disparado à queima-roupa no coração. Dias antes ele participara de uma passeata de posseiros originários da ilha do Mosteiro, onde o fazendeiro Airton Moura foi apontado como o principal beneficiário do crime. No dia anterior à morte de Josael, os irmãos Romildo, Rosival e Manoel Ferreira da Silva foram emboscados em Maraú, Sul da Bahia, pelo pistoleiro José Alberto Freitas, administrador das terras do fazendeiro Manoel Vargas Leal. Até o fim da semana a polícia ainda não tinha comparecido ao local do assassinato dos três posseiros, segundo denunciou o bispo de Ilhéus, dom Walfredo Tepe.

Para tornar ainda mais tensa a situação, as investigações que estão sendo conduzidas pelas polícias estaduais arrastam-se a passo de tartaruga, ameaçando pôr a perder o crédito inicial dado às autoridades nos primeiros dias depois do assassinato do padre Jósimo, quando os pistoleiros que o mataram foram logo identificados por pressão da Polícia Federal. Até o final da semana, o único passo adicional dado pelas autoridades foi a prisão do fazendeiro Geraldo Paulo Vieira, acusado de ser um dos cúmplices do assassinato do padre. O principal suspeito de ser o mandante, o vereador Osmar Teodoro da Silva, escapou inexplicavelmente a um cerco da polícia estadual. Apesar da avançada idade, Osmar pulou num riacho e escapou a nado dos perseguidores, diz a polícia estadual do Maranhão – o que agrava as suspeitas sobre a parcialidade no trato da questão fundiária de que é acusado o próprio secretário de Segurança do Estado, coronel João Ribeiro da Silva Júnior

Ele pode ser a primeira vítima de um plano de emergência arquitetado pelo presidente Sarney na semana passada, que prevê a intervenção em etapas nos Estados. Numa primeira fase seria acionada a Polícia Federal, depois as Polícias Militares, e finalmente, em última instância, tropas do Exército.

Um rastro de sangue



ESTADO DO RIO

Relatório Reservado 1º de junho de 1986

Rural vira urbano: falta terra para reforma

"É preciso alterar urgentemente a legislação para que os prefeitos não continuem transformando áreas rurais em urbanas. Se essa prática não for severamente contida, daqui a pouco não haverá mais áreas no Estado do Rio de Janeiro para realizar a reforma agrária. Até em Campos, região açucareira, as terras próprias para agricultura estão caindo nas mãos dos especuladores urbanos. O problema não vem sendo provocado pela falta de espaço para os loteamentos urbanos. É pura e simples estocagem de terras com fins especulativos."

A advertência é de Edgar Ribeiro, ex-secretário executivo da Comissão de Assuntos Fundiários do governo do Estado do Rio de Janeiro

Para deter esse processo especulativo, ele acha que a legislação deveria estabelecer que a transformação de áreas rurais em urbanas só seria possível se previamente examinada por uma comissão técnica que procurasse esclarecer prefeitos e câmaras de vereadores a respeito das consequências de sua iniciativa. Quanto à reforma agrária no Rio de Janeiro, Edgar Ribeiro não acredita que venha a ser realizada, "mesmo que o plano regional do Incra seja aplicado".

CONJUNTURA ECONÔMICA

TEXTO DE SUBSÍDIO À PALESTRA REALIZADA NA CUT-Mooca por JOSÉ ANTONIO MARTINS
Economista, prof. da Fundação Getúlio Vargas -S.Paulo - junho/86

1. A Economia mundial é comandada por movimentos cíclicos regulares, marcados por fase de expansão , desaceleração e crises. Os três últimos choques sofridos pela economia mundial foram em 1968/1969, 1974/ - 1975 e 1980/1981.

Neste início de 1986 a economia mundial encontra-se ainda dentro da fase da expansão do ciclo iniciado no último trimestre de 1982. Como nos USA e Europa os fatores favoráveis a expansão continuam existindo - capacidade ociosa, alto nível de desemprego, baixos, salários, queda nos preços das matérias-primas, controle das taxas dejuro, da inflação, etc... - esta fase de expansão poderá se manter durante o ano de 1986, prolongando-se no máximo até 1987 quando os sinais de desaceleração e crise deverão reaparecer. Desta vez, com uma violência muito maior do que em 1980/1981.

A expansão econômica atual sustenta-se sobre um aumento da exploração dos trabalhadores - desemprego de quase 30 milhões só na Europa e USA, queda dos salários reais, aumento brutal da produtividade, diminuição dos benefícios sociais, etc - e um aumento da exploração das economias imperialistas, sob a liderança dos USA, sobre as economias dominantes, como é o caso do Brasil.

O sistema bancário internacional mudou sua estrutura na atual fase de recuperação econômica. De tal modo que atualmente apenas os USA, Europa e Japão podem receber novos empréstimos daquele sistema bancário. O Brasil, como as demais economias dominadas do terceiro mundo, que até 1981/1982 tinham livre acesso ao crédito, ao endividamento nos bancos internacionais, agora encontram as portas fechadas, estão totalmente marginalizados daquele sistema bancário. De modo que são obrigados a ficar em intermináveis "negociações da dívida externa" e a pagar religiosamente massas gigantescas de juros , anualmente. No caso do Brasil, é imposto o pagamento anual de 10 a 12 bilhões de dólares, que só podem ser arrancados das costas dos trabalhadores e da remessa à preço de banana das suas matérias primas, alimentos e produtos industriais.

2. Apesar da economia brasileira ter sido a única da América Latina que apresenta nos últimos dois anos uma recuperação do crescimento do seu produto interno e da produção industrial, a sua adaptação à recuperação das economias imperialistas, foi acompanhada de um aumento da exploração da classe trabalhadora e de uma submissão ampliada ao sistema financeiro internacional.

Por isso a recuperação da economia brasileira não pode ser comparada com a recuperação da economia dos USA, por exemplo, pois enquanto esta última se beneficia da exploração comercial e financeira de economias com a brasileira e demais do 3º Mundo, o crescimento atual da economia brasileira é adaptado exatamente para gerar superávits de exportações, os quais são usados para pagar os juros para os bancos dos USA , Europa e Japão. Por isso a recuperação aqui caminha junto a grandes problemas de inflação, altas taxas de juros, etc..., que não existem atualmente nas economias imperialistas.

É por isso que ao mesmo tempo em que a produção nacional brasileira aumenta, não existem condições financeiras para que investimentos novos sejam feitos, o que possibilitaria uma consequente ampliação do - parque industrial nacional.

Embora a economia tenha recuperado o crescimento da produção em 1985, a uma taxa média de 8% ao ano, o nível de produção ainda está 5,9% inferior a 1980, o nível de emprego ainda está 12% abaixo e a produtividade está 14,3% acima dos níveis de 1980. A massa de salários atual em termos reais, foi em 1985, 26,3% abaixo daquele ano de 1980.

Esta situação econômica, este tipo de recuperação adaptado às novas condições e necessidades das economias imperialistas é a forma também adequada para que os capitalistas brasileiros aumentem a exploração dos seus trabalhadores.

Também em 1986, a produção brasileira continuará aumentando, em função da situação conjuntural da economia mundial - queda dos preços do petróleo, desvalorização do dólar americano, das taxas de juros internacionais, etc... e de uma brutal sobrecarga de exploração da classe trabalhadora, imposta agora pelo pacote econômico do governo.

Mas este crescimento da produção - que se resume a uma reutilização da capacidade instalada, à generalização de três turnos na produção, ao aumento das horas-extras, etc... não pode ser acompanhado pela retomada dos investimentos , pela ampliação real da capacidade instalada e do emprego.

3. O plano de estabilização econômica do governo, imposto através dos mesmos instrumentos que a ditadura militar utilizava para "resolver problemas" - o decreto-lei completa três meses em meio a confusas informações e manipulações do índice real de

inflação, ao crescimento da especulação na Bolsa de Valores, no mercado paralelo do dólar e do ouro, a uma histórica corrida ao consumo de bens de luxo, carros, tratores, boi, imóveis, etc...

Tudo isto reunido significa que o pacote sofrerá à partir de agora uma progressiva corrosão de credibilidade. O governo que imaginava manter por pelo menos 6 meses o congelamento e a inflação zero, terá enormes dificuldades para cumprir este prazo.

Estas dificuldades do governo em cumprir seus prazos explica-se primeiramente pelo fato que o pacote, além de servir para domesticar a classe trabalhadora, não atacou os verdadeiros problemas que entravam a economia brasileira.

Sem resolver o problema da dívida externa e do relacionamento com sistema financeiro, do lado externo, sem resovler a outra face do problema, a dívida interna, frente a estrutura de agiotagem montada pela ditadura militar para o setor privado nacional-empresas e bancos - os desequilíbrios da economia continuarão, as finanças públicas continuarão arrasadas e a inflação voltará a subir como era antes do pacote.

4. Os problemas financeiros centrais da economia brasileira, na presente conjuntura, localizaram-se nas finanças públicas, na incapacidade do governo administrar a política econômica e manter ao mesmo tempo a estrutura especulativa e parasitária do sistema financeiro nacional.

A dívida pública atual sobe para aproximadamente a 1 TRILHÃO e 100 BILHÕES de cruzados. Esta montanha monetária de capital fictício, criada apenas para salvar os capitalistas da recessão de 1981-84, continua presente na economia, mantida ainda por elevadas taxas de juros pagas pelo governo ao setor privado. A esperança dos economistas do governo é qu esta montanha monetária, que abarrotam os cofres dos capitalistas e dos bancos, seja carreada para a produção para novos investimentos. Mas isto só poderia acontecer com a desestruturação do atual sistema de especulação, para que a inflação seja efetivamente rebaixada e junto com ela a taxa de juros de longo prazo, que comanda as decisões de investimento na indústria.

Mas o pacote não foi feito para isso. Ao contrário, ele foi imposto exatamente para reorganizar e conservar esta estrutura de agiotagem interna da economia.

5. O pacote foi imposto para estancar a sangria que vitima anualmente a economia: 120 bilhões de curzados para pagar os juros da dívida externa e 110 bilhões de cruzados para pagar os juros da dívida interna. Em 86 o governo gastará, portanto, 230 bilhões de cruzados apenas para pagar os juros dos agiotas internacionais e nacionais. Enquanto isso a previsão de arrecadação de impostos do governo - o total dos impostos - federal para este ano é de 215 bilhões de curzados. Ou seja, toda a receita fiscal do governo será insuficiente para pagar os juros dos agiotas. Esta é a principal causa do défit público, que em 1986 deverá atingir 150 bilhões de cruzados. Esta é a verdadeira causa de elevevadas taxas de inflação e de juros, que não foi nem de leve tocada pelo pacote.

Em 1986, o governo gastara em juros o dobro do que ele pretende gastar em gastos sociais - 74 bilhões de cruzados.

O não pagamento desta sangria anual para os agiotas seria uma medida capaz de resolver os problemas que atingem as finanças públicas, Permitiria não apenas promover a expansão do setor produtivo e do emprego, como também direcionar estes recursos para áreas de saúde, educação, moradia, alimentação, saneamento, etc.

6. O pacote foi principalmente um golpe brutal contra a classe trabalhadora e seu movimento. Além de congelar e anistiar todo o arrocho salarial imposto pela ditadura militar, impuseram um confisco salarial através do congelamento dos salários pela média dos últimos seis meses anteriores ao pacote e dos preços, taxas de câmbio, tarifas, serviços, pelo pico, num período da mais alta inflação no país.

O congelamento dos salários, aliado ao congelamento do salário mínimo em 804 cruzados, acentuou a brutal transferência de renda dos assalariados para as empresas que estão assim em melhores condições para se expandirem. Em relação ao salário mínimo, os dados do DIEESE mostram que o novo salário mínimo decretado, além de ser o menor dos últimos 38 anos, vale a metade do salário mínimo de 1940. E como 70% da população brasileira ainda recebe até dois salários mínimos, calcule-se o que isso significa de lucros para as empresas. Como consequência da degradação do salário mínimo desde seu estabelecimento, o trabalhador ganhando hoje 804,00 por mês e cumprindo jornada mensal de 240 horas, gasta cerca de 73,10% deste tempo para adquirir a

ração essencial mínima definida no decreto 399 de 30.4.38. E o salário mínimo necessário para o trabalhador adquirir esta cesta básica seria de 3.793,32 (dados do DIEESE).

Também o pacote quis quebrar a tendência ao ascenso das lutas operárias e sindicais e desarticular as conquistas que estavam sendo impostas pela classe trabalhadora através de suas mobilizações e das greves. No ano de 1985 ocorreram no Brasil cerca de 1.000 greves envolvendo 6 milhões de grevistas. Estas greves pelo seu volume e pela sua qualidade significaram um enorme avanço na organização e na consciência da classe trabalhadora. No Congresso Nacional da CUT em 1984 foi definida a deflagração de uma campanha nacional de lutas, que teria como objetivo central unificar as principais bandeiras de lutas e unificar as campanhas salariais.

Foi seguindo esta orientação que se desenvolveram as principais campanhas salariais de 1985. A campanha salarial dos metalúrgicos da CUT que durou 54 dias, quebrou a proposta de pacto social e garantiu a conquista da redução da jornada de trabalho, depois de 50 anos de permanência da mesma jornada de trabalho. A greve nacional dos bancários conseguiu a unificação regional e nacional das campanhas salariais e institucionalizou a reposição salarial, com a conquista do índice de 12,5%.

A campanha salarial unificada de S.Paulo de várias categorias, desenvolveu uma experiência de luta que não ocorria desde 1963.

Este conjunto de experiências somada ao conjunto de lutas ocorridas no restante do Brasil estavam possibilitando a passagem de experiência de categoria à experiência de classe, quando, nacionalmente ou como conjunto de categorias, os trabalhadores enfrentavam os patrões. Graças às experiências acumuladas e às vitórias alcançadas, a campanha nacional de lutas permitiu que a classe trabalhadora tivesse conquistas em relação à jornada de trabalho, trimestralidade, reposição salarial, reforma agrária que, sendo realizada pelos próprios trabalhadores, obrigou o governo a discuti-la. A Plenária Nacional da CUT realizada em dezembro de 1985, ampliou e aprofundou a perspectiva do movimento para 1986.

O pacote pretende golpear este ascenso do movimento e das lutas e assegurar as condições políticas favoráveis para a classe dominante viabilizar a transição política conservadora e impor uma nova forma de dominação.

Com o pacote, o governo buscou atender às exigências do FMI e dos banqueiros internacionais, assegurar as melhores condições para o capital com o confisco salarial, golpear o ascenso das lutas da classe trabalhadora, isolar a direção mais combativa do movimento e, ao mesmo tempo recompor a Aliança Democrática ameaçada de uma implosão no início de 1986 e suas bases eleitorais para enfrentarem as eleições aos governos dos Estados e à Constituinte em melhores condições Estas eleições e a composição do Congresso Constituinte são elementos decisivos para manutenção da estratégia de transição política conservadora.

Conclusões:

A estratégia da classe dominante para assegurar a transição conservadora enfrenta,na conjuntura, contradições e limites.

A estabilização econômica, pretendida pelo plano, ainda não foi alcançada, pois:

1. sem se resolver os problemas das elevadas taxas de juros, especulação do setor privado, do parasitário sistema bancário, o governo terá dificuldades cada vez maiores para segurar o congelamento de preços e salários até 15 de novembro. A partir de então, com o objetivo político alcançado de consolidação da sua hegemonia nas eleições, o governo dará início ao descongelamento e à descompressão da inflação reprimida.

2. Mas para manter o congelamento seguro até aquela data, o governo terá que enfrentar a rápida deterioração de suas finanças públicas, em virtude exatamente de seus compromissos de pagar os juros internos e externos. Além destas despesas, o governo já começa a socorrer grandes setores com subsídios, isenção de impostos, etc., o que mantém o congelamento de preços, mas compromete ainda mais o problema do déficit público. Portanto, embora mais remotamente, existe a possibilidade de uma perda de controle da situação antes mesmo de novembro.

3. Finalmente, o violento confisco salarial do plano começa a enfrentar resistência da classe trabalhadora. Greves contra o rebaixamento de salários provocado pelo pacote, por aumento real, por pagamento de abonos anulados pelo pacote, contra as demissões ocasionadas pela aplicação do pacote, por jornada de 40 horas semanais, por estabilidade no emprego e contra demissões, estão explodindo de norte a sul do país, envolvendo empresas ou categorias inteiras, como metalúrgicos do RS, sapateiros de Franca, servidores do Distrito Federal,ferroviários do R.Janeiro, Esp.Santo e Minas Gerais, portuários do R.Janeiro, etc... Inclusive em comparação ao ano de 1985 nos meses de março e abril e início de maio,as greves aumentaram em número e número de greistas, pois em 85 tivemos neste perioro 60 greves envolvendo grevistas e este ano 100 greves envolvendo 1.500.000 grevistas.

Plano Cruzado: otimismo oficial esconde dúvidas

O PAÍS
5/6/86

Paulo Cannabrava Filho

O silêncio e quase segredo que cercavam a reunião de avaliação que o Presidente Sarney realizou em Carajás com sua equipe econômica revelam que por trás dos discursos otimistas há uma grande perplexidade do Governo com relação ao que fazer para assegurar o êxito do plano de estabilização econômica. E uma perplexidade maior ainda com relação ao problema social, que não pode ser enfrentado sem esbarrar nos privilégios dos detentores do poder.

O plano de estabilização realmente conseguiu baixar a inflação dos níveis entre 200 e 300% a índices negativos no primeiro mês e irrisórios nos subseqüentes. Até um torcedor emérito do Governo, como a **Folha de São Paulo,** assinala, em editorial, que "as causas ortodoxas da inflação estão mais presentes do que nunca em um quadro de grande excitação da demanda".

A questão que mais inquieta os críticos que compartilham do ponto de vista da **Folha** é a de como garantir o êxito da estabilização sem que se consiga reduzir substancialmente o enorme déficit das contas internas. A oposição acrescenta a dívida externa e o déficit social. O governo se confessa sensível a essas questões mas ao mesmo tempo está imobilizado pelos seus compromissos de classe e pela extrema dependência do capital externo.

O único ponto revelado oficialmente da avaliação de Carajás foi a afirmação do Presidente de que a intenção do Governo é manter o crescimento da economia entre 6 e 7% ao ano e evitar a inflação. Mas transpareceram outros. A equipe econômica admite que um dos maiores problemas a enfrentar agora é o de como obter os 20 bilhões de dólares anuais para obras de infra-estrutura (siderúrgicas, hidrelétricas etc.) indispensável para manter a economia em funcionamento. E concluiu também que não se pode continuar permitindo a atual evasão de recursos por conta da dívida externa.

Essa questão é sumamente grave e o Governo apenas reitera que continuará negociando com os credores. A dívida está em torno dos 130 bilhões de dólares, e só para pagar as taxas de juros nós estamos gastando 25% da poupança nacional. Além disso, o Brasil paga 1,7% acima da taxa normal dos Estados Unidos **(Prime Rate)** ou 2% acima da taxa de Londres **(Libor)** como taxa de risco **(spread)**. Paga ainda 1% de comissão e encaminhamento. Em 1985, pagou 16,5 milhões de **spread** e 70 milhões de comissões **(flat free)**. Somente de juros normais da dívida o Brasil pagou, em 1984, 11,4 bilhões de dólares, o equivalente a 30 vezes os gastos do Governo com a saúde da população. Os mais de 1 bilhão de dólares que paga mensalmente pela dívida corresponde ao orçamento do ano inteiro de uma cidade como São Paulo, com 10 milhões de habitantes.

Diante disso, o governo anunciou que tentará estabelecer um limite de 6% de juros. Isso reduziria em cerca de 2 bilhões de dólares os compromissos deste ano, situando-os ao redor dos 8,5 bilhões. O plano oficial é reduzir o pagamento dos juros da dívida dos 4% atuais do PIB para 3% em 86, e 2% em 1987.

Na situação de penúria de nosso povo, esses resultados são paliativos. E a sorte do plano depende mais dos banqueiros e dos governos dos países credores do que da firme disposição da equipe econômica do Presidente Sarney. Parece evidente que os credores tentarão defender ao máximo os seus privilégios. Para isso contam com seus aliados internos. São os sócios e os executivos das transnacionais e todos os que estão comprometidos com um complexo produtivo que foi condicionado a produzir para a exportação a fim de obter os dólares para os credores. Em 1985, quando as exportações brasileiras chegaram aos 25,6 bilhões de dólares, 50% foram utilizados para o pagamento da dívida, anulando todo o superávit, que foi de 12,45 bilhões.

Em síntese, o Governo, com a ajuda de alguns elementos oriundos das oposições, está conseguindo ver claramente os maiores problemas que travam o nosso desenvolvimento. O que falta é vontade e coragem política para enfrentá-los. Daí o surto de demagogia que se verifica atualmente.

DIÁRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA
5/6/86

Breve história de especulação

Na semana passada, noticiou-se que a safra de algodão do Paraná foi 50% superior à previsão, com 600 mil toneladas, em lugar das 400 mil estimadas até aquela data. Mais uma vez, fica comprovado que a especulação com produtos agrícolas, no Brasil, é tão vergonhosa quanto os escândalos do mercado financeiro, a que a opinião pública costuma dar tanta atenção, porque os veículos de comunicação fazem estardalhaço em torno deles. Explicando: todos os meses, o IBGE, as Secretarias de Agricultura, a Comissão de Financiamento da Produção fazem novos levantamentos sobre a situação das lavouras, para detectar "quebras" ou "recuperações". Como é possível que, todos os meses, sempre se previsse uma safra de 400 mil toneladas, e "de repente" se descobrisse uma safra 50% maior? Da noite para o dia? Está claro que existe uma máquina de manipular estatísticas de safras agrícolas no País, com gigantescos prejuízos ao consumidor, ao Tesouro - e formidáveis lucros para certos grupos. Tem sido assim com o café, a soja, o cacau, o algodão, o feijão e o arroz. No caso do algodão, muitos agravantes: havia

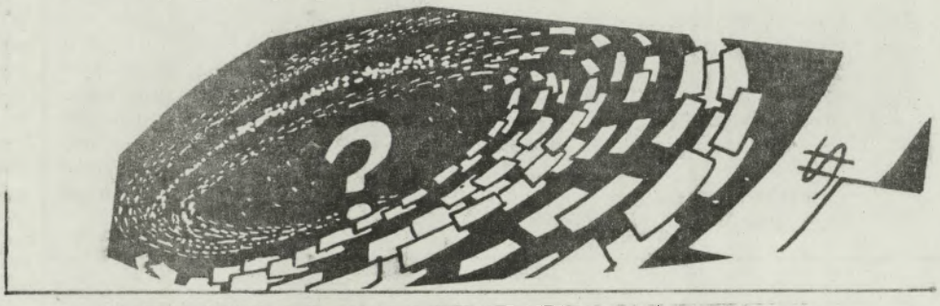
enorme sobra de algodão, no ano passado, e que o governo comprou e estocou. Depois, vendeu o produto, a preços mais baixos, à indústria e a exportadores. De repente, por volta de dezembro, os

preços começaram a disparar, alegando-se que havia falta de algodão de primeira qualidade, no mercado (esta coluna, ao longo dos meses, chamou a atenção para todas essas manobras especulativas). Agora, "descobre-se" que a safra é muito maior. O governo perdeu, ao entregar algodão a preço baixo à indústria - sem segurar seus preços. O consumidor teve sua renda confiscada, ao comprar tecidos ou roupas a preços excessivamente altos. E era tudo manobra. Falhou o governo, por não ter investigado a especulação. Ou não existiu vontade para isso?

Ainda o mistério do "rombo" do Tesouro

DIÁRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA 9/6/86

O "rombo" do Tesouro, o déficit de caixa que exige emissões ou aumento da dívida interna, continua a ser um fenômeno cheio de mistérios, que Brasília não se dá o trabalho de explicar à opinião pública ou ao Congresso. Quem costuma "garimpar" notícias nos jornais vai juntando informações que mostram que o Governo não está entregando verbas que deveriam ser liberadas por já constarem do orçamento deste ano, da mesma forma que não vem atendendo a despesas que também já deveriam constar das previsões deste ano. Como é possível que o "rombo" persista se nem as despesas previstas estão sendo atendidas? Afinal, para onde está indo o dinheiro, isto é, quem está sendo beneficiado com as emissões e o aumento da dívida interna que o Governo vem efetivando? Na semana passada, esta coluna pôs o fenômeno a nu, mostrando que durante vinte dias não houve liberação de um centavo para a compra de safras (que é obrigatória, por lei, cabendo, portanto, ações judiciais dos agricultores contra o Governo); que o programa de reforma agrária não havia recebido um centavo da cifra de Cz$ 1,2 bilhão prevista até junho, e, mais grave ainda, que a Previdência havia emprestado Cz$ 7 bilhões à Petrobrás até abril, para cobrir o "rombo" de caixa provocado pela diferença entre o preço do álcool pago ao produtor e o preço de venda ao consumidor. Na semana passada, mais duas revelações do mesmo gênero surgiram na imprensa: os programas para formar mão-de-obra semiqualificada (que está faltando) estão suspensos, porque não são liberadas verbas desde o "pacote" (revelação do Governo paulista); e o programa de plantio de seringueiras na Amazônia (o Brasil hoje importa borracha) também foi prejudicado, porque os Cz$ 65 milhões previstos para o Probor (Programa da Borracha) não foram liberados. Se até quantias ridículas como essa estão sendo retidas, com prejuízos irrecuperáveis para quem dependia dos programas, como explicar o "rombo" do Tesouro, as emissões? Para onde vai o dinheiro?



Custo de vida, em São Paulo, sobe 1,78% em quatro semanas

DCI 4/6/86

■ **Marcos Cézari**

Pela quarta semana consecutiva o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) na capital paulista vem apresentando menor percentual de evolução, conforme dados ontem divulgados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo. No período de quatro semanas, entre 28 de abril e 25 de maio, o custo de vida dos paulistanos subiu 1,78% (entre 31/3 e 27/4 a alta foi de 2,31%; entre 7/4 e 4/5, de 2,14%; entre 14/4 e 11/5, de 2% e entre 21/4 e 18/5, de 1,91%). Faltando apenas uma semana para ser concluída a taxa de maio, a expectativa da Fipe é que o índice fique em torno de 1,5%.

O levantamento quadrissemanal da Fipe encerrado em 25 de maio voltou a ser influenciado de forma marcante pelo grupo de despesas com vestuário, que sozinho representou acréscimo de 1,16 ponto percentual da taxa de 1,78%. Segundo o economista Heron Carlos do Carmo, caso fosse utlizado o fator de dessazonalidade em estudo pelo IBGE — com os preços das roupas subindo nos mesmos níveis dos demais grupos — o índice de 1,78% cairia para 0,75%, patamar próximo ao que está sendo previsto pelo Governo para o mês de maio.

PICO

Heron Carlos chama a atenção para o comportamento dos preços dos alimentos, principalmente dos hortigranjeiros, que estão contribuindo para que os aumentos das taxas globais sejam mais contidos. Com relação ao grupo vestuário, ele acredita que os preços atingiram o "pico" e daqui para frente deixarão de pressionar o índice final com a mesma intensidade observada até agora. Nas primeiras quatro semanas de maio os preços das roupas ficaram 15,5% mais caros, enquanto os alimentos subiram apenas 0,28% no mesmo período.

A alimentação no domicílio subiu 0,35%, sendo 0,22% de alta para os produtos industrializados, 0,54% para os semielaborados e 0,23% para os "in natura". Fora do domicílio o custo da alimentação caiu 0,16%. O item despesas pessoais aumentou 0,6%, com destaque para fumo e bebidas, com 0,22%; recreação e cultura, 0,25%; despesas diversas, 0,87%; higiene e beleza, 0,93%; e serviços pessoais, 2,63%.

Com habitação os paulistanos gastaram mais 1,58% no período, sendo 2,22% para manter o domicílio; 1,09% com aluguel; 0,91% com artigos de limpeza; e 1,15% com cama, mesa e banho. O transporte ficou 0,23% mais caro em São Paulo (0,38% de aumento para os gastos com veículo próprio). O item saúde subiu 0,25%, com aumento de 0,59% para os serviços médicos, mas queda de 0,06% para remédios e produtos farmacêuticos. Com educação os paulistanos gastaram mais 2,89% entre 28 de abril e 25 de maio, conforme os dados da Fipe.

NOVOS COORDENADORES

A Fipe informou ontem que o professor Juarez Rizzieri será o coordenador dos índices do custo de vida, enquanto a professora Vera Lúcia Fava será a coordenadora de processamento de dados. Os dois professores substituirão, em conjunto, ao professor Seiti Kaneko Endo, que faleceu no dia 26 de maio.

VARIAÇÕES ENTRE 28/4 e 25/5 (EM%)

Grupo de despesas	Variação	Ponderação	Influência
Alimentação	0,28	37,67	0,11
Despesas pessoais	0,60	19,56	0,12
Habitação	1,58	18,35	0,29
Transportes	0,23	10,54	0,03
Vestuário	15,50	8,06	1,16
Saúde	0,25	3,78	0,01
Educação	2,89	2,04	0,06
Geral	1,78	100,00	1,78

Cai valor real dos salários

■Dalila Alves

Em março, na Região Metropolitana de São Paulo, o nível de renda dos assalariados subiu 5,9% em relação a fevereiro. Os rendimentos das pessoas ocupadas (6.446.000 pessoas sem registro na CP) cresceram 4,9% no mesmo período. Uma pesquisa do Dieese diz, entretanto, que se a comparação for com o último semestre de 85, o valor real dos salários caiu -2,8% para os ocupados e -1,3% para os assalariados.

DIÁRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA 9/6/86

Crescimento de massa salarial não significa necessariamente assalariados satisfeitos e, consequentemente, menores atritos na área trabalhista. É muito simples explicar por quê. Crescimento de massa salarial mede-se a partir de dois condicionantes básicos: crescimento de emprego e crescimento de salário médio real. Portanto, em uma economia em alta, com nível de emprego em expansão, a massa de salários pode avançar nominalmente (em valores globais) e, ao mesmo tempo, os salários (individualmente) permanecerem em um mesmo patamar (se a inflação for zero) ou até serem reduzidos (se os preços subirem).

A partir dessa constatação, fica claro perceber que a euforia traduzida pelos primeiros reflexos do Plano Cruzado na evolução dos salários - só na indústria paulista, o volume dos salários pagos em março subiu 34,8% em relação a fevereiro - pode vir a dissipar-se nos próximos meses, ainda que o crescimento da massa salarial perdure, apoiado em um ou outro componente que determine sua expansão.

O ritmo de crescimento da economia, a continuidade do processo de negociação entre trabalhadores e empresários, gerando ganhos reais de salários, e, principalmente, a continuidade do congelamento de preços (em consequência, controle da inflação), são fatores preponderantes para que, na opinião de César Concone, pesquisador do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), a evolução da massa salarial se traduza realmente em benefício para a classe assalariada nesta fase pós-cruzado.

Reforma freou alta que vinha do ano passado

Segundo a pesquisa mensal de emprego e desemprego, efetuada conjuntamente pelo Dieese e pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), em março, na região metropolitana de São Paulo, o nível de rendimento dos assalariados registrou aumento de 5,9% em relação ao mês de fevereiro. Já os rendimentos da população ocupada (6.446.000 de pessoas sem registro em carteira) cresceram 4,9% no mesmo mês, comparando-se com o mês anterior.

Essa evolução, no entanto, mantém-se positiva em relação ao ano passado apenas quando confrontada com os resultados de março, mês em que os salários estavam altamente defasados pela política de arrocho, mesmo assim apresenta um crescimento menos vigoroso: 0,5% para os ocupados e 0,9% para os assalariados. No segundo semestre de 1985, quando a economia estava em franca ascensão, os salários, em nível real, também acompanhavam esse processo. Tanto que se a alta de março deste ano for comparada com a dos salários médios dos seis últimos meses de 1985, fica evidente que o valor real dos salários decresceu: —2,8% para os ocupados e — 1,3% para os assalariados.

Em valores absolutos, isso significa que, em março de 1986, os assalariados, na região metropolitana de São Paulo, receberam salário médio de Cz$ 3.049,00, enquanto os ocupados receberam Cz$ 2.925,00 (em fevereiro, respectivametne, Cz$ 2.878,00 e Cz$ 2.789,00). Durante o segundo semestre de 1985, os assalariados receberam em média salário mensal de Cz$ 3.090,00, enquanto os ocupados tiveram rendimento médio mensal de Cz$ 3.009,00.

O economista César Concone admite que o pacote veio frear o processo de recuperação dos salários no País, mas pondera que a manutenção ou a erosão do que foi conseguido no momento do pacote - que de forma alguma ressarciu a defasagem que os salários acumulam em relação à inflação desde a década passada - só poderão ser avaliadas com segurança, a partir do mês de setembro. "O comportamento dos preços será determinante", considera.

Volume cresceu 34,8% mas média real foi de 5%

Se o Dieese/Seade detectaram alta média de saláros de 0,9% para os assalariados, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) acabou revelando que o aumento real médio dos salários no setor foi de 5% com a decretação do pacote. Segundo a entidade, nas 800 empresas filiadas no Estado, em março, a massa salarial cresceu 34,8% em relação ao mês de fevereiro. Na comparação com março de 1985, chegou a haver uma explosão: 46,5%. Apesar disso, segundo Paulo Francini, vice-presidente da Fiesp, o aumento médio dos salários chegou a 20% em março em comparação com fevereiro.

Acontece que os trabalhadores na indústria, segundo ele, já vinham recebendo aumento salarial médio de 15% em janeiro e em fevereiro. Conclusão tirada da explicação de Francini, que dirige o Departamento de Estudos Econômicos (Decon) da Fiesp: o pacote trouxe aumento médio de 5% para os empregados do setor industrial, já que, sem pacote, eles já tinham ganhos reais mensais de 15%.

Segundo o empresário, que apresentou esses dados no final do mês de maio, além do abono de 8% concedido pelo Governo, ao decretar o Plano Cruzado, dois outros fatores concorreram para a elevação dos ganhos salariais dos empregados pela indústria. O primeiro, foi a consolidação dos ganhos reais que já vinham sendo dados pela conversão dos salários pela média dos seis meses anteriores. Afinal, a maior parte dos reajustes haviam ocorrido em outubro e em novembro, ou seja, esse reajuste deveria repetir-se em abril e em maio, pelo critério da semestralidade.

Dessa forma, constatou o vice-presidente da Fiesp, a reforma apanhou os salários em seu patamar mais baixo e os puxou para a média. Ao promover a reforma, o Governo acabou promovendo uma antecipação salarial para a maioria dos trabalhadores.

Arida: aumento será inócuo em junho ou julho.

Esse raciocínio é compartilhado por um dos autores do Plano Cruzado, o economista Pérsio Arida, agora diretor da Área Bancária do Banco Central. Ele próprio recomenda cautela ao se extrapolar os resultados da massa salarial de março. "Pode ser enganoso. É como se tivéssemos antecipado para fevereiro o reajuste que ocorreria em maio. Mas o crescimento imediato torna-se inócuo num período de três ou quatro meses." De acordo com ele, portanto, os salários já neste mês ou em julho não sentiriam mais os efeitos da alta do pacote. O que, segundo Arida, não quer dizer erosão. "Só com a inflação lá pelos 18% isso vai começar a acontecer", previu.

Por tudo isso, concluiu-se que os efeitos do crescimento da massa salarial e dos rendimentos salariais são coisas distintas. No ano passado, por exemplo, a massa de salários no Brasil cresceu 18,96% em relação a 1984, conforme apurou o Ministério do Trabalho. Para se chegar a esse resultado, levaram-se em conta os 13,41% de ganhos reais de salários (pressionados pelo excessivo peso de 37,4% de aumentos reais concedidos ao funcionalismo público) e mais a elevação de 4,89% do nível de emprego no País. Ao final das contas, apurou-se ainda que, apesar dos 13,41% de alta real, os trabalhadores urbanos (leia-se aqui a esmagadora maioria da mão-de-obra) receberam apenas 6% de aumento no salário real médio. Para um aumento na massa salarial de 18,96%.

EM MARÇO, SALÁRIOS CAEM EM RELAÇÃO AO SEGUNDO SEMESTRE DE 85

Em porcentagem

Ocupados e Assalariados	Variações Relativas dos Rendimentos Reais Médios					
	mar/86 jan-jun/85	mar/86 jul-dez/85	mar/86 1985	mar/86 set/85-fev/86	mar/86 mar/85	mar/86 fev/86
Ocupados	4,2	— 2,8	0,5	— 0,7	6,6	4,9
Assalariados.....	3,3	— 1,3	0,9	0,4	7,2	5,9

FONTE: SEP - Convênio Seade/Dieese.

EXAME 28/5/86

AS MULTINACIONAIS APOSTAM NO CRUZADO

Os investimentos crescem, mesmo com a hipótese de uma nova onda protecionista

Instalado no quartel-general de Wolfsburg, cidade da Baixa Saxônia, norte da Alemanha, o alto comando da Volkswagen Werk AG reuniu-se para discutir o plano qüinqüenal de investimentos de sua subsidiária brasileira, no dia 28 de fevereiro passado. Apesar de surpreendida por um telex proveniente do Brasil, dando conta da edição do pacote econômico — que, de resto, pegou desprevenida a totalidade das multinacionais com interesses no país —, a direção do maior fabricante europeu de automóveis não teve dúvidas: confirmou naquele mesmo dia a programação para 1986, que exigirá recursos da ordem de 547 milhões de marcos (250 milhões de dólares).

O restante do plano, que envolve 2,2 bilhões de marcos adicionais (1 bilhão de dólares), será reavaliado, dependendo do andamento do programa de estabilização. Dificilmente, porém, o programa sofrerá algum tipo de emagrecimento ou adiamento — mesmo com o eventual "esquentamento de posições nacionalistas", estimulado pelas recentes iniciativas americanas contra as exportações brasileiras e a reserva de mercado da informática, no Brasil. Esta é a crença do próprio Wolfgang Sauer, principal executivo da Volkswagen no Brasil. Segundo Sauer, a empresa deverá investir na modernização e ampliação de suas unidades de São Bernardo do Campo e Taubaté, em São Paulo, no lançamento de novos modelos e na reciclagem da produção atual — tudo este ano. Poderá, ainda, fazer parte desse plano a construção de uma nova unidade, na medida em que a capacidade de ampliação da fábrica de Taubaté se esgotar.

Com pequenas distinções, a posição da Volkswagen parece corresponder à reação generalizada do capital estrangeiro diante das mudanças prometidas pela economia do cruzado. Ao atacar cirurgicamente o processo inflacionário e acenar com uma maior estabilidade para os negócios, o governo, sem dúvida, conquistou poderosos aliados entre as multinacionais, animadas com a perspectiva de trabalharem em cenários mais próximos daqueles com que estão acostumadas em seus países de origem. Entretanto, se é verdade que essa adesão foi imediata, é duvidoso pensar que ela seja incondicional, devendo-se ainda aguardar as repercussões da escalada hoje registrada na briga comercial do Brasil com os Estados Unidos para se ter uma visão mais exata da posição das multinacionais sobre novos investimentos.

Na ampla avenida aberta pela reforma econômica ainda trafegam, ao lado da confiança e da euforia, dúvidas e pontos de fricção entre os interesses do país e as pretensões das corporações estrangeiras. A questões novas, subprodutos do próprio "pacote", como a alegada redução da rentabilidade dos negócios decorrentes do congelamento de preços, somam-se pendências que já podem ser consideradas históricas do contencioso entre as partes, que agora, por sinal, vêm à tona. Entre as mais importantes podem ser lembradas as reclamações quanto às discriminações que existiriam na concessão de benefícios fiscais e creditícios; o rigor na legislação referente à remessa de lucros; e o protecionismo em algumas áreas, notadamente na de informática.

Tradicionalmente aberto à entrada do capital estrangeiro — empresas como Rhodia, Sanbra, Bayer, IBM, Pirelli, General Motors, entre outras, operam aqui há mais de 50 anos —, o Brasil foi "invadido", a partir da década de 70. Até 1970, o volume de capitais registrados no Banco Central chegava a 2,3 bilhões de dólares e de lá para cá decuplicou — sob a liderança das empresas americanas, alemãs e japonesas, que, em conjunto, respondem por 55,6% do total *(ver o gráfico)*.

Suficiente para transformar o Brasil no país em desenvolvimento que mais tem recebido investimentos estrangeiros diretos, esse total poderia ser ainda maior caso o ritmo acelerado de ingressos, ocorrido na época do "milagre econômico", não tivesse sido interrompido a partir de 1981. Sem dúvida, a combinação de recessão, crise do balanço de pagamentos e descontrole inflacionário esfriou os ânimos dos investidores internacionais. E, mais que isso, fez com que ocorresse um movimento inverso de "repatriamento" do capital. Desse modo, de 1983 a 1985, o dinheiro novo apostado pelas multinacionais não passou de 775 milhões de dólares, enquanto as remessas a título de lucros e dividendos totalizavam 2,6 bilhões de dólares.

Contribuiu também para esse desequilíbrio uma medida desastrosa adotada durante o governo Figueiredo. Trata-se do Decreto-Lei 1194, baixado em 1983 e já revogado, que concedia um benefício fiscal de 10% sobre a conversão de empréstimos em capital de risco — o governo pretendia reduzir em parte sua gigantesca dívida externa —, mas significou um autêntico "tiro pela culatra". Para as multinacionais, tornou-se muito mais interessante comprar, com deságio de 20% a 30%, títulos dos bancos credores e transformá-los em capital de risco, gozando de benefícios fiscais internamente. Calcula-se que pelo menos 1,7 bilhão de dólares chegou a ser convertido nesses três anos, o que levou o governo a suspender essas facilidades.

Com o pacote, contudo, ainda que o interesse pela conversão de créditos não tenha sido eliminado, os planos de investimentos diretos voltaram a passar pelas salas de decisão das multinacionais instaladas no Brasil. "No final de 1985, tínhamos dúvidas quanto à programação deste ano", reforça Édson Vaz Musa, presidente da Rhodia, filial do grupo francês Rhône Poulenc. "Temíamos que uma explosão inflacionária pudesse desencadear uma séria crise social, comprometendo a rentabilidade da empresa." Musa é um defensor da heterodoxia do Plano Cruzado e, na Rhodia, a reação diante do pacote foi quase tão imediata quanto a da Volkswagen. Menos de um mês depois, Musa anunciava a construção de uma nova fábrica de plásticos em São José dos Campos (SP), que deverá começar a operar no segundo semestre de 1987. Ali serão gastos 27 milhões dos 65 milhões de dólares previstos para os investimentos da Rhodia em 1986.

APLICAÇÕES CONFIRMADAS

nos deu tranqüilidade para planejar o médio e o longo prazo", afirma Colla. Segundo ele, a Sanbra, que está refazendo seus orçamentos para 1986, resolveu confirmar os investimentos até 1989, em torno de 62 milhões de dólares. Desse total, 20 milhões serão aplicados ainda este ano na ampliação das linhas de produção e na modernização dos processos para a distribuição e manuseio dos produtos que saem de suas fábricas de óleos e margarinas.

▪ **MAIOR PRUDÊNCIA** — A francesa Rhodia e a argentina Sanbra são apenas duas das grandes multinacionais que operam no Brasil com planos de investimentos reconfirmados. Ainda é impossível fazer a lista completa, mas nela certamente estarão presentes a anglo-holandesa Shell, a alemã Bayer, a americana Du Pont, a sueca Sandvik, a japonesa Yanmar e a italiana Pirelli *(ver o quadro da página 61)*. Todos apostam na recuperação da credibilidade da economia brasileira e, naturalmente, na abertura de novos espaços para crescer no mercado brasileiro. Os riscos do acirramento de movimentos protecionistas e as ameaças de retaliação, como as que estão na berlinda, no momento, aumentam a prudência dos investidores estrangeiros e contribuem para

⇨

que eles não acelerem planos de investimentos. Mas não chegam, nem de longe, a fazê-los mudar de idéia ou a rever projetos já definidos.

CONTROLE DO "FRONT" INTERNO

"O Plano Cruzado devolverá a credibilidade ao país", enfatiza Rolf Loechner, presidente da Bayer e da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha. Nesse sentido, o controle do "front" interno, que era uma das grandes interrogações dos credores, deverá facilitar também a renegociação da dívida externa, acredita Toshio Kobayashi, presidente da subsidiária brasileira do Banco de Tokyo, que representa o Japão e os países asiáticos no "comitê assessor" da dívida brasileira. "O Brasil tem, agora, inegavelmente, um poder de barganha muito maior", diz Kobayashi, o que permite ao país sustentar um novo período de crescimento econômico, alicerçado em bases mais sólidas, acha ele. "E, com o crescimento, inevitavelmente retornarão os investimentos estrangeiros de risco", assegura Kobayashi.

David Benadof, presidente da J.I. Case e da Câmara Americana de Comércio para o Brasil, reforça a previsão do presidente do Banco de Tokyo. "O Brasil é uma opção prioritária para os investimentos americanos", afirma ele. "O Brasil é um dos poucos países do mundo que tem um mercado interno em constante crescimento", exemplifica Benadof. "Essa condição é básica para a decisão de investir."

Diante desse quadro, há quem preveja, como é o caso de Marcelo Mariaca, diretor de planejamento da Du Pont, "uma avalanche de investimentos" a curto prazo. Entretanto, como se admite no próprio governo brasileiro, se é verdade que a cotação do Brasil melhorou drasticamente depois do pacote, não se pode esperar, de imediato, um retorno ao "boom" dos anos 70. Dinheiro novo ou a entrada de empresas que não estão instaladas no Brasil ainda estão na dependência do êxito na execução da reforma econômica, e na medida em que algumas questões pendentes forem resolvidas.

"Ainda é muito cedo para as empresas tomarem uma decisão definitiva", ressalva Peter Kolsberg, diretor-executivo da Câmara de Comércio Sueco-Brasileira. "Só depois do primeiro semestre, é que as empresas se sentirão mais seguras", pensa ele. Segundo Kolsberg, a Câmara Sueca tem, por enquanto, uma orientação básica: "Quem estiver fazendo pesquisas de mercado no Brasil deve continuar. Para investir, deve-se esperar um pouco", resume Kolsberg.

OS PROJETOS E OS DÓLARES

Animadas com o pacote, as empresas estrangeiras aumentam seus investimentos no Brasil. A seguir, uma amostra do que está acontecendo neste campo:

Alcan — Investirá 50 milhões de dólares em 1986 na conclusão de um laminador a quente, em Pindamonhangaba (SP).

Bayer — Investirá 13 milhões de dólares em 1986, na compra de um laboratório e na ampliação e modernização de fábricas.

Du Pont — Investirá este ano 30 milhões de dólares dos 300 milhões de dólares de um programa iniciado em 1984, com duração de 7 anos.

General Motors — Programa investir, nos próximos três anos, 500 milhões de dólares, no lançamento de um novo modelo — Kadette —, ampliação da linha de caminhões e modernização na fábrica de São Caetano (SP).

IBM — Em 1986, a empresa confirmou investimentos de 150 milhões de dólares. Serão aplicados em sistemas e equipamentos, fabricação de discos magnéticos, na unidade de Sumaré (SP) e na importação de máquinas.

J.I. Case — Investirá 20 milhões de dólares no lançamento de uma nova linha de retroescavadeiras e pás carregadeiras.

Mannesmann — Está executando um programa de investimentos iniciado em 1982 e que prevê a aplicação de 157 milhões de dólares até 1988. Deverá destinar, também, cerca de 200 milhões de dólares, nos próximos 10 anos, para a área de reflorestamento, e 15 milhões de dólares/ano em suas fábricas de máquinas e equipamentos.

Sandvik — Investirá 4 milhões de dólares na ampliação de suas fábricas de ferramentas, tubos e arame.

Pirelli — Confirmou o investimento de 50 milhões de dólares, em 1986, na divisão de pneumáticos.

Yanmar — Fabricante de motores e motocultivadores agrícolas, sem investir desde 1981, a empresa desengavetou um projeto de 5 milhões de dólares para a produção de tratores.

UM CONVITE PARA INVESTIR

Em meados de junho próximo, os leitores da edição internacional da revista americana *Time* vão se deparar com um anúncio de duas páginas, em preto e branco, vendendo um "novo" produto: o Brasil do cruzado. Sob o título "New New Deal", em letras garrafais, e tendo como fecho o slogan "Brazil, Year 1", a peça publicitária compara o pacote ao New Deal — o programa lançado pelo presidente americano Franklin Roosevelt, em 1933, para combater a Depressão, nos Estados Unidos. No final, o anúncio dá uma garantia: "Se você está pensando em investir, pode ter certeza: o Brasil, esse novo país, é um excelente negócio".

Dirigido a um público selecionado de homens de negócios e de alto poder aquisitivo nos Estados Unidos, Europa e América Latina, a publicação da mensagem custará 60 mil dólares para ser veiculada nos 820 mil exemplares de cada edição semanal da revista. Seus patrocinadores formam um grupo de 10 multinacionais instaladas no país, encabeçados pela McCann-Ericksen Publicidade, quarta empresa do "ranking" publicitário brasileiro. Já confirmaram sua participação pesos-pesados como o Banco de Boston, General Motors, Nestlé, Gillette, Union Carbide, Coca-Cola, McDonald's e L'Oréal. Os presidentes das empresas que patrocinam o anúncio também assinarão mensagens pessoais, no rodapé do anúncio. "Sentimos que está faltando maior divulgação da reforma econômica e nada melhor que reunir 10 empresas conhecidas mundialmente para 'vendê-la' ", justifica Jens Olensen, presidente da McCann e autor da idéia.

A DESINFORMÁTICA DE REAGAN

PASQUIM 5/6/86

Ricardo Bueno

O Jaguar liga no feriado e diz: tenho aqui comigo uma ilustração do cacete sobre a briga do Brasil com os Estados Unidos sobre a lei da informática. Mete aí um artigo a respeito. Tá legal. Então, vamos lá na base do curto e grosso. Vamos por partes, como diz o esquartejador.

1 – *Cada macaco no seu galho* – Uma teoria que os Estados Unidos e demais países ricos sempre prezaram muito e que os economistas chamam sofisticadamente de divisão internacional do trabalho. É isso aí. Um país como o Brasil, que não pertence ao seleto clube dos ricos, não pode se meter a besta e querer ter tecnologia própria numa área como informática. Essa é uma indústria de tecnologia de ponta, que será uma das bases do desenvolvimento capitalista nas próximas décadas. Uma indústria que interferirá de maneira decisiva em todos os segmentos da economia. Uma indústria vital.

Portanto, quem dominar a tecnologia da informática manterá os demais sob controle. E isso é o que os ricos desejam. Fabricar calçados, tecidos, eletrodomésticos superados, automóveis, etc. O Brasil pode. Mas, computadores é outra história. Alto lá!

2 – *Você está dando mau exemplo, rapaz* – O drama de Reagan e das empresas norte-americanas não é apenas perder uma fatia do mercado brasileiro. Só para recordar: a reserva de mercado garante que apenas empresas com 100% de capital nacional podem fabricar micros e minicomputadores (e também superminis). O problema é maior, o buraco é mais embaixo: e se essa política der certo? Quem garante que outros países subdesenvolvidos, em desenvolvimento, atrasados, do Terceiro Mundo, ou como vocês queiram chamar, não ficarão tentados a imitar o exemplo brasileiro?

3 – *Sua tecnologia é uma porcaria* – O argumento de Roberto Campos (e Paulo Francis) é que estamos produzindo computadores caros e com tecnologia atrasada. Vamos admitir que seja verdade. E daí? O Brasil não precisa ter a tecnologia mais avançada na área de computadores. Precisamos ter uma tecnologia adaptada ao nosso estágio de desenvolvimento e que pouco a pouco vá sendo aperfeiçoada. Quanto ao preço, bem, trata-se de um ônus a pagar para desenvolver uma indústria incipiente. Na medida em que esta indústria cresça, crie a tecnologia, eleve sua escala de produção, etc. os custos de produção cairão, aproximando-se dos vigentes no mercado internacional.

4 – *Sua tecnologia é uma porcaria, digo eu* – Os ingênuos (ou excessivamente espertos, dependendo do caso) dizem que através da joint-ventures as empresas brasileiras teriam acesso à tecnologia mais avançada do mundo. Ela seria cedida pelas multinacionais que se associaram às empresas brasileiras. É mesmo? Não é o que a experiência internacional demonstra. As multis só transferem tecnologia, atrasada, já amortizada e relutam (que verbo horroroso!) em abrir a caixa preta. Portanto achar que as joint-ventures são o caminho para o paraíso, é o mesmo que acreditar que é possível acreditar na boa fé do Conde Drácula quando este diz que vai administrar um banco de sangue sem beber os estoques com canudinho.

5 – *O chato é que está dando certo* – O problema de Reagan, das empresas americanas, de George Shultz, secretário de estado do time de lá, é que a política de reserva de mercado está dando certo. Já existem mais de 200 empresas nacionais, faturando mais de US$ 2 bilhões e com perspectivas de crescimento de 20% ao ano. Essas empresas começam a criar tecnologia própria, estão formando mão-de-obra e algumas já ousam até fazer pequenas exportações. Aliás, se a política de reserva de mercado não andasse dando certo Reagan e seus asseclas não estariam se importando muito com ela. Eles sabem que, nesse caso, essa política acabaria desmoronada como um castelo de areia e não seria preciso gastar tanta munição contra ela.

6 – *Eu te malho e te retalio* – Tá certo. Corto tuas exportações para os Estados Unidos, rapaz. Tá certo. E eu deixo de pagar os juros da dívida externa, proíbo as remessas de lucros, paro de importar dos EUA, impeço as exportações de minerais e outras cositas mais.

Pois é. Nós temos bananas. Mas, não somos mais uma república de banana. Resta esperar que Sarney não hesite e negocie com firmeza, para mostrar a Reagan que isso aqui não é a terra de Marlboro. O cowboy que vá pastar em outra freguesia.

GOVERNO PROCURA RESPALDO PARA A DECISÃO

E CONSULTA AS LIDERANÇAS EMPRESARIAIS

Reserva será mesmo o eixo da política industrial

RELATÓRIO RESERVADO 8/6/86

Apesar dos desmentidos generalizados dos setores do governo envolvidos na questão, a verdade é que a proposta da nova política industrial, elaborada pelos Ministérios da Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio e Ciência e Tecnologia, defende a reserva de mercado como "espinha dorsal" da nova política industrial brasileira. O termo é de participante do grupo de trabalho que prepara o documento final a ser entregue a Sarney.

O Planalto tem pressa em relação à matéria e o presidente quer lançar a nova política ainda em junho, mantendo acesa a chama dos impactos de iniciativas do governo, estratégia que prevê desdobramentos até outubro, véspera das eleições.

A expressão "reserva de mercado", estigmatizada pela controvérsia em torno da informática, será, entretanto, cuidadosamente evitada, adotando-se a fórmula "proteção à indústria nacional" como meio para alcançar os mesmos fins: garantir mercado para que empresas controladas por capital nacional acumulem tecnologia em setores vitais.

O documento. O governo procura respaldo político para suas decisões. Acrescentará ao documento o resultado de sondagem realizada nos últimos 15 dias entre as maiores lideranças empresariais do país. Consultados, setor a setor, os empresários responderam à seguinte indagação: o que deve mudar na indústria? A idéia é mostrar que a proposta de proteção à indústria nacional é legitimada como reivindicação de grande parte do empresariado.

A proposta final preocupa-se especialmente com dois setores:

1 – Química fina. Definição abrangente de áreas em que o país pouco ou nada fez em termos de tecnologia. No setor de fármacos, por exemplo, o governo considera que há na verdade uma reserva

de mercado para as multinacionais, que protegem seu *know-how* e do qual não deixam vestígios nas *montadoras* locais, meras copiadoras de fórmulas.

2 – Engenharia básica. O governo considera que o parque industrial de equipamentos está consolidado. Há, no entanto, uma lacuna no processo de substituição de importações: o país não concebe nem projeta os equipamentos que produz. Não se investiu nesse tipo de pesquisa e, segundo o diagnóstico oficial, a culpa foi do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Durante o governo Geisel, apesar da recomendação de limitação para aprovação de projetos nas várias áreas de bens de capital, o CDI, sob a alegação de que a competição aumentava a eficiência, multiplicou o número de empresas por área. Como resultado, a oferta em alguns segmentos foi além do mercado, o que retirou das empresas a capacidade de investir em pesquisa.

Divergências. Há, entre os ministérios envolvidos na preparação do documento, algumas divergências. Considera-se, por exemplo, que o Ministério de Ciência e Tecnologia equivocou-se na sua estratégia de defesa da reserva de mercado da informática. Definido o princípio e consagrado em lei aprovada pelo Congresso, a necessidade seria montar uma espécie de diplomacia da reserva, desobstruindo canais de diálogo com os Estados Unidos, fazendo o *marketing* da decisão brasileira e evitando rotas de confronto que prejudiquem as exportações de outros setores para o mercado norte-americano.

Como conseqüência, foram aumentadas as resistências políticas a novas práticas de proteção do mercado interno, que, no entanto, são consideradas indispensáveis para consolidar a capacidade brasileira de produzir tecnologia. Menos que reação à questão da informática, técnicos engajados na reforma da política industrial acreditam que a posição dos Estados Unidos nas duas últimas semanas pretende, na realidade, inibir que a reserva de mercado se estenda a outros setores.

O que fazer. Os mesmos técnicos afirmam que, se pudessem cunhar um *slogan* para a defesa da política de reserva de mercado, diriam: *tem que negociar.* E argumentam: a complexidade dos interesses brasileiros hoje dá meios de barganha aos executivos. O Brasil concede, por exemplo, às quatro filiais de montadoras internacionais uma reserva de mercado para automóveis. A Toyota não pode fabricar carros de passeio no Brasil. A análise desse tipo de política de proteção na relação com os Estados Unidos tem, assim, mão dupla. O que falta é conversa. A prática, pura e simples, da política de princípios sem o calço da negociação revela imaturidade. O Brasil deve afirmar suas políticas no contexto da negociação e não no isolamento. No dizer de um dos técnicos, os japoneses podiam ensinar algo a respeito.

EUA criam reserva de mercado para máquinas-ferramenta

RELATÓRIO RESERVADO 8/6/86

Circulam em gabinetes oficiais em Brasília cópias da recente decisão (20 de maio passado) tomada pelo presidente Ronald Reagan criando nos Estados Unidos a reserva de mercado para a indústria de máquinas-ferramenta. A justificativa para a medida se assemelha bastante às razões apontadas pelo governo brasileiro para não aceitar qualquer tipo de pressão sobre a reserva na área de informática: o desenvolvimento autônomo de um setor básico à segurança nacional.

A restrição norte-americana está pautada em pedido do secretário de Comércio, Malcolm Baldrige, explicando que o setor, embora pequeno dentro da economia norte-americana, é vital para a base da defesa do país. Reagan recorreu aos Acordos de Restrição Voluntária para limitar em 17,5% as importações destinadas ao consumo doméstico. O documento analisado deixa claro que "altos níveis de compras externas podem deteriorar a capacitação americana na manufatura de máquinas-ferramenta estratégicas".

Prática antiga. A decisão sobre a nova reserva está amparada pela seção 232 da Lei de Expansão do Comércio e vinha sendo estudada desde março de 1983, por solicitação da Associação Nacional de Fabricantes de Máquinas-Ferramenta dos Estados Unidos.

Um ano depois Baldrige levou a Reagan o primeiro relatório. A recomendação do presidente foi no sentido de ampliar os estudos com informações sobre segurança e economia e uma atualização pormenorizada sobre o setor. Dois anos se passaram e, em março de 1986 o novo documento foi analisado pelo Conselho de Segurança Nacional norte-americano, que aprovou a posição governamental de rever as compras no exterior durante os seis meses seguintes. A restrição voluntária a compras de máquinas-ferramenta prejudicará principalmente Formosa, Alemanha Ocidental, Japão e Suíça e abrange centrais de usinagem, tornos controlados por computador ou não, máquinas de puncionar e de corte por cisalhamento controladas por computador ou não e fresadoras.

Planos de ação. Os Departamentos de Defesa e de Comércio, coordenando a ação de diversos órgãos, já têm pronto um plano de ação que incluirá, entre outros pontos, as seguintes medidas:

· Integrar os fabricantes norte-americanos do setor de máquinas-ferramenta nas compras do Departamento de Defesa. Para isso, as empresas receberão informações em tempo hábil sobre os programas de defesa a serem adotados e futuros requisitos de produção de peças, a fim de participarem desde a fase inicial do processo de aquisição.

· Modernizar a indústria. Os programas do Departamento de Defesa destinados a melhorar a produtividade e desenvolver novas tecnologias serão aplicados nesse segmento.

· Destinar até US$ 5 milhões por ano durante os próximos três anos, com verbas provenientes do governo federal, para apoiar a criação de um centro de tecnologia do setor privado capaz de fazer avançar na manufatura e no desenho de ferramentas.

· O secretário de Comércio supervisionará o desempenho da indústria norte-americana de máquinas-ferramenta a partir de relatórios anuais detalhados, com ênfase nas medidas tomadas para melhorar a capacitação produtiva e a posição competitiva.

· O procurador geral dos Estados Unidos e outros órgãos federais estão encarregados de investigar a potencialidade dos esforços cooperativos realizados pela própria indústria em pesquisas e desenvolvimento.

O plano ressalta que esses esforços estão orientados para criar nos Estados Unidos uma indústria de padrão internacional.

E o Brasil? Comentando para o **Relatório Reservado** a decisão do governo norte-americano, graduado funcionário do governo brasileiro, que se destaca por defender a "diplomacia da reserva de mercado" como meio de afirmá-la nos fóruns internacionais, explica que se abre agora um novo quadro para discutir a política brasileira de informática:

Se os Estados Unidos podem reservar cerca de 83% das compras de um setor industrial para a produção interna, por que o Brasil não pode preservar um segmento da informática (minis e microcomputadores) e adotar políticas setoriais protecionistas?

A iniciativa do governo norte-americano mostra ainda, segundo outras fontes oficiais, a importância de estar bem informado e de *fazer política* com os parceiros comerciais (*ler também, na página 8, os termos da nova política industrial brasileira e, na página 7, o que os EUA querem debater sobre a Lei de Informática*)

Proteção por 5 anos

A reserva de mercado norte-americana no setor de máquinas-ferramenta vem sendo estudada desde março de 1983, com base em um capítulo da Lei de Expansão do Comércio, datada de 1962. Os fatos mais marcantes nessa trajetória seguiram a seguinte cronologia:

· Março de 1983 – o Departamento do Comércio recebe requerimento da Associação Nacional de Fabricantes de Máquinas-Ferramenta (NMTBA) para a criação de cotas de importação em 18 categorias de produtos, restringindo as compras externas a apenas 17,5% do consumo doméstico.

· Março de 1983 – o Departamento de Comércio aceita o pedido da NMTBA e inicia investigação sobre o assunto, acolhendo a tese de que grandes importações estão enfraquecendo a indústria a ponto de ela não estar mais em condições de atender às necessidades da segurança nacional.

· Março de 1984 – Reagan recomenda estudos mais aprofundados no relatório apresentado por Malcolm Baldrige, seguindo diretrizes definidas pelo Conselho de Segurança Nacional.

· Março de 1986 – Baldrige apresenta o novo relatório, defendendo que a importação de sete das 18 categorias dos produtos em estudo representava ameaça à segurança do país e às áreas mais vulneráveis. Tais categorias respondem por metade das compras externas de máquinas-ferramenta dos Estados Unidos.

· Reagan define um prazo inicial de cinco anos para a reserva de mercado. O documento diz textualmente: "Esperamos que nossos parceiros comerciais estejam dispostos a cooperar para a manutenção de um segmento fundamental para a defesa americana".

· As iniciativas serão concretizadas já a partir dos orçamentos dos órgãos envolvidos aprovados para o período 1986-1987, mediante reduções em outros programas posteriormente definidos (remanejamento de verbas).

REMESSA DE LUCRO

De Leão para Leão

O governo já tem um meio para punir de forma indireta as empresas estrangeiras que realizaram remessas por baixo do pano, através da liquidação de seus negócios no Brasil, para outras empresas nacionais ou estrangeiras (ver **Relatório Reservado** 1011 e 1012): simplesmente informará o Tesouro do país da empresa que se retirou do Brasil sobre os números oficiais da liquidação do capital registrado no Banco Central. Com isso, a empresa multinacional será forçada a declarar o Imposto de Renda sobre a parcela que exceder efetivamente o valor de venda da filial brasileira e que, segundo os acordos com o comprador no Brasil, é rachada no exterior.

Ninguém quer emprestar e Plano Baker fica no papel

DIÁRIO DO COMÉRCIO
E INDÚSTRIA 9/6/86

LONDRES — As recentes pressões norte-americanas para que os bancos comerciais comecem a fazer empréstimos às nações endividadas do Terceiro Mundo reacenderam os problemas enfrentados pelo Plano Baker para aliviar a crise internacional das dívidas externas.

Segundo o Wall Street Journal, após oito meses do lançamento do plano, nenhum dos países indicados como passíveis de mudanças internas e assistência internacional adotaram medidas políticas concernentes aos objetivos do projeto. Os bancos comerciais há muito se afastaram de empréstimos voluntários, que representavam grande parte do plano.

O projeto de Baker pedia que 15 países devedores - a maioria da América Latina, inclusive o Brasil - decretassem mudanças econômicas para igualar suas economias àquelas dos países ocidentais industrializados. Em retorno, os bancos comerciais concederiam, a esses países, cerca de US$ 20 bilhões em novos empréstimos durante três anos. Nesse período, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento iriam aumentar seus empréstimos para US$ 27 bilhões, contra os US$ 18 bilhões anteriormente planejados e, por causa dos pagamentos, os bancos multilaterais de desenvolvimento também aumentariam sua dívida pendente em US$ 20 bilhões líquidos.

INTERESSES

Apesar de algumas autoridades européias estarem apoiando o Plano Baker mais do que outras, ingleses, franceses e alemães ocidentais já disseram que não vão pressionar seus bancos a fazerem empréstimos à nações endividadas. E outra razão é o fato de que o Plano Baker focaliza países onde os maiores compromissos são com bancos norte-americanos. Isso tem feito com que os países devedores, por razões políticas, se tornem relutantes em receber financiamentos e não contribui para cativar os banqueiros europeus. Os bancos suíços, por exemplo, representam apenas 2,6% do total das dívidas dos países incluídos no Plano Baker. "O projeto é muito ligado aos interesses norte-americanos", diz Wolf. "Esses 15 países são, na verdade, os 15 principais devedores dos Estados Unidos."

As nações endividadas, por sua vez, dizem que não podem esperar o retorno à situação de solvência antes de obterem novos financiamentos. Segundo José Luis Machinea, funcionário do Ministério da Economia da Argentina, o seu país não pode reduzir o consumo, porque "um futuro reajuste dos salários seria injusto e causaria problemas políticos". Ao invés disso, a Argentina precisa de dinheiro novo como condição para levar adiante seu Programa Econômico. Para Machinea, algumas das idéias de Baker, como a de que os países devedores deveriam permitir a transferência de pagamento de dividendos ao Exterior, requerem novos financiamentos externos.

Com os partidos, tudo bem no ano que vem

LUA NOVA - CEDEC jan/março 1986

Definitivamente os cientistas sociais são maus futurólogos.

Por quantas vezes têm declarado a morte de corpos que ressuscitam ou o vigor de embriões que abortam?

Por isso LUA NOVA pediu a Maria Victória Benevides, Hélio Bicudo, Octaviano de Fiori e Francisco de Oliveira que deixassem a bola de cristal em casa e procurassem, nos signos da vida partidária de nosso país, seus principais impasses. Que sistema partidário pode emergir da transição política que vivemos?

A única certeza é de que o futuro depende menos da previsão da ciência do que de nossas próprias ações. Afinal política é "cosa a fare". O mediador do debate foi José Álvaro Moisés, editor de LUA NOVA.

JOSÉ ÁLVARO MOISÉS — LUA NOVA pensou em realizar um debate sobre a questão partidária, em particular sobre o sistema partidário que tende a resultar da atual transição. Todos nós sabemos das imensas dificuldades que, nesse processo de transição, se têm colocado para a consolidação de um regime de partidos, no Brasil. Em especial, para um regime de partidos capaz de enfrentar os desafios da construção da democracia. A intenção do debate é menos se voltar para os fatos imediatos da conjuntura e mais fazer um esforço de reflexão sobre a experiência recente dos partidos políticos e de que forma essa experiência recoloca na ordem do dia questões clássicas que a literatura sobre o assunto tratou.

Para abrir o debate, pensamos em tomar as questões que se articulam com a reforma partidária de 1979, especialmente as propostas de constituição de partidos de massa. Nesse sentido, gostaríamos de pedir à Maria Victória, ao Chico de Oliveira, ao Hélio e ao Octaviano um balanço retrospectivo vinculado com o papel que os partidos estão jogando desde a reforma de 79. Em particular, gostaríamos de saber a avaliação de vocês sobre o tema clássico da ausência de consistência ideológica dos partidos, da desfuncionalidade da sua representação em relação aos grupos sociais, sua incapacidade para darem conta das classes sociais modernas e da suposta inconsistência programática.

Todos nós sabemos que, embora os partidos tenham o monopólio formal da representação da sociedade, freqüentemente eles são sobrepassados pelas corporações que, muitas vezes, se representam diretamente no interior do Estado. Aqui, penso no papel que instituições como a Igreja, os sindicatos e as Forças Armadas têm jogado no debate das grandes questões nacionais. Muitas vezes, sem passar pelos partidos, essas instituições pressionam diretamente o Estado numa ou noutra direção. Podemos falar, propriamente, da constituição de partidos de massa nesse contexto ou, no fundo, essas propostas são inadequadas para a sociedade brasileira? Por último, estamos diante da constituição de uma cultura democrática, no Brasil? Falar em cultura política é o mesmo que falar na constituição de instituições democráticas, na constituição de uma linguagem política, na constituição de sujeitos para quem os valores da democracia são temas centrais da sua ação. Desde logo, os valores da democracia são relativos à capacidade que têm os grupos sociais para conviver com a desigualdade, a diferença, que são próprias da sociedade contemporânea. Em que medida os partidos dão substrato ao desenvolvimento dessa cultura? Seriam essas as questões iniciais que gostaríamos de propor em nome de LUA NOVA.

VICTÓRIA — Essa pergunta sobre os partidos de 79 para cá, sobre o que permanece das velhas imagens ou o que há de novo, me faz lembrar uma pesquisa realizada no ano passado com deputados federais sobre as suas origens, a sua vinculação com antigas siglas partidárias. Mais de 60% dos atuais deputados federais tiveram alguma ligação direta com os partidos do pré-64. Chegavam a se identificar claramente: "eu sou UDN"; "sou adhemarista"; "sou janista"...

Mas não se trata apenas de uma identidade com as velhas siglas, mas com o que significavam. Os partidos das classes dominantes, como se dizia então, eram muito parecidos. Em relação a eles poderíamos usar a expressão que hoje é tão combatida: eram "farinha do mesmo saco". A UDN e o PSD uniram-se na Arena e depois no PDS, demonstrando que tinham posições muito semelhantes do ponto de vista das políticas de interesses reais, como a reforma agrária, a lei de greve, a política econômica e salarial, a participação popular e a regulamentação sindical.

Isso significa que permanece muito forte a idéia de que participar ativamente de um partido, se candidatar a postos eletivos, ao Executivo e, de certa meneira, representar setores da sociedade é uma tarefa profissional reservada para a elite mesmo. Para mim, isso ficou clarissimo quando fiz meu depoimento na Comissão Mista do Congresso Nacional que examinava a convocação da Assembléia Constituinte. A maioria enfatizou que a política é para a elite, de onde devem sair os deputados e senadores, e que a política é feita com a tradição, o costume, com as famílias e os nomes das famílias. Um deputado, por exemplo, chegou a me perguntar se "eu acreditava mesmo em participação popular". E acrescentou: "fui eleito em Minas Gerais, várias vezes, porque todos sabem quem é o meu pai, meu avô, meu bisavô... É isso o que dá minha legitimidade e representatividade..."

OCTAVIANO DE FIORI — Tudo isto é muito patrimonial, não é?

VICTÓRIA — É patrimonial no sentido mais concreto da palavra: de sangue, de nome, de clã! E outro senador — que foi dos autênticos do MDB e depois foi para o PDS, ficou amigo do peito do Figueiredo e, hoje, é PFL — me disse: "a senhora se esquece do peso da tradição. No Brasil, realmente, é o latifúndio, são as grandes fortunas, são os homens letrados, os membros da elite que têm que fazer política". Inclusive, a explicação que dão para investir tanto nas campanhas bilionárias é que é uma profissão, ao invés de uma passagem, onde *eventualmente* eles vão representar interesses. A noção de que política pode ser realmente ampliada, no sentido da cidadania extensa e da participação popular, é uma utopia nesse nível de representação na Câmara e Senado...

BICUDO — Como é que você situa esses políticos? Primeiro você falou de um político de Minas, depois, quando falou de outros políticos, eu tive a impressão de que não eram políticos do Norte, Nordeste. Esse raciocínio também cabe para o Sul, das famílias, da tradição?

DE FIORI — A família Barros, do Adhemar, é que vai mal, não é?

VICTÓRIA — A família Barros podia dormir sem essa, não é? Na Comissão Mista predominavam políticos de Minas, do Norte e do Nordeste. Os dois mais progressistas eram do Rio Grande do Sul, um do PDT e outro do PMDB. Um deles, aliás, disse que está se retirando do Congresso, decepcionado.

Hoje, quando se fala em partido novo, de massas, mas ao mesmo tempo "um partido moderno", porque é uma frente, a primeira coisa que eu pergunto é: Como conciliar esta visão, que me parece ser majoritária, com um partido aberto à participação? O que significa este "partido frente", "partido ônibus", como novidade, se antigamente também era assim? (Só que, de uma certa camada social para cima.) Era *ônibus* e *frente* porque pegava vários interesses e posições... A própria UDN não se chamava partido, mas era uma união de correntes estaduais de opinião. O PSD reunia proprietários de terra, burguesia comercial, profissionais liberais e muitos militares. Até o PTB, que era um partido mais popular, também reunia lideranças sindicais, mas, entre os que elegia, tinha tantos banqueiros e latifundiários quanto o PSD e a UDN.

MOISÉS — Nessa avaliação, você se refere mais aos setores dirigentes de alguns partidos. Em particular, você mencionou o PFL, o PMDB e, certamente, o PDS. No caso específico do PMDB, não poderíamos falar em um partido que está no Congresso e de outro que está fora da política institucional?

VICTÓRIA — Neste ponto há muito de novo. No pré-64, praticamente não havia atividade partidária na entressafra eleitoral. Hoje, é comum encontrarmos diretorios funcionando, com atividades partidárias explícitas, ciclos de estudos, trabalhos em movimentos populares e sociais. No passado, apenas o PTB tinha atividades regulares, menos como partido e mais como movimento trabalhista, juntamente com todos os seus aliados: os comunistas, os adhemaristas e os janistas.

FRANCISCO DE OLIVEIRA — Há na verdade, como disse Maria Victória, uma identificação muito grande da classe política com os partidos do pré-64. Entretanto, parece-me que isso não é suficiente para definir os atuais partidos. No período autoritário, o regime congelou a sua direita no partido *do* governo, mas que não estava *no* governo, e liberou a sua esquerda, no sentido de que quem não estava no seu partido era a oposição. Isso tem conseqüências para a formação posterior dos partidos. O PMDB é um partido que teve a sua mídia feita pelo autoritarismo. Sua história vem, eu diria, de uma *lógica da resistência* ao regime autoritário.

Golbery, que todo mundo diz que foi o autor da reforma partidária de 79, percebia que aquela situação era extremamente artificial e, então, tentou abrir o leque partidário para comportar aquilo que, na concepção dele, seria expressão das diversas forças que existem no país. Isso não contando com o cavalo azarão, que corria em raia própria, que era o PT. O capitalismo tinha vencido a batalha dos desafios impostos até 64, e a *sociedade tinha algo que conservar*, pois houvera enorme expansão capitalista, muita gente enriqueceu.

A reforma trataria, apenas, de dividir aquilo que tendia a um comportamento eleitoral *plebiscitário*, para que a tendência conservadora emergisse de várias partes. Então, houve a mudança da *lógica da resistência* para a *lógica da representação*, que os partidos não são completamente capazes de preencher, não o são em suas cúpulas, onde se aloja a classe política.

A segunda coisa nova é que, ao contrário do pré-64, todos os partidos procuram construir a sua representatividade a partir de bases urbanas. É claro que o PT procura incorporar certa base rural e o PC do B, quando estava na clandestinidade, tinha um ativismo maior nesse setor. Os outros partidos quase não têm a preocupação de incorporar a base rural, tanto do lado dominante quanto do lado dominado.

O terceiro ponto a anotar é que há, realmente, uma diferenciação social que precariamente penetra nos partidos. As estruturas rígidas dos partidos tentam impedir que essa diferenciação social penetre completamente e transforme os partidos, levando, finalmente, a uma representatividade que possa traduzir uma estrutura social em estrutura política. Ao meu ver, existem pelo menos dois partidos que encaram essa diferenciação.

O PMDB é o partido que incorpora a centralidade das "classes médias" na sociedade brasileira de hoje e o PT procura representar mais nitidamente o papel da classe operária. Nos demais partidos essa relação é mais obscura, o que se

deve ao papel jogado pela grande burguesia no processo político.

A *lógica da resistência* reservava aos partidos, apenas, o papel de caixa de repercussão das insatisfações da oposição, das demandas populares, mas mantinha escassa capacidade de intervir no Estado. Toda a iniciativa legislativa, na verdade, tinha origem no Executivo. À medida que os partidos são obrigados a transpor essa diferenciação social e passar para a *lógica da representação*, desenvolvem a virtualidade de constituírem-se num canal privilegiado nas relações sociedade/Estado, adquirindo, portanto, a capacidade de "curto-circuitar" os acessos diretos dos grupos econômicos ao Estado. A burguesia joga claramente no sentido de impedir a *lógica da representação*, porque a massa de interesses envolvidos é enorme. O estilo de condução da política econômica, certamente, pode ser outro se os partidos tiverem real capacidade de intervir nessa relação.

MOISÉS — Num certo sentido, você elucida por que a burguesia tende a bloquear a passagem de uma lógica para outra, o que, segundo a minha preocupação, pode acabar reforçando a *corporativização* da política. Se isso é claro para a burguesia, por que deveria ser assim com os trabalhadores? Na minha experiência no PT, vi operários que se transformaram em grandes líderes políticos e, na abertura, quando os sindicatos recuperaram seu papel, tiveram a tentação de voltar ao mundo sindical, abandonando a política. Ficam na verdade com um pé em uma canoa e outro na outra. Eu entendo que a burguesia não queira fazer a passagem de que fala o Chico, mas por que os trabalhadores não a fazem?

BICUDO — Até dentro da Direção Nacional do PT temos líderes que dizem que se sentiam melhor nos sindicatos do que no partido.

VICTÓRIA — A análise do Chico aponta que partidos políticos modernos requerem realmente um grau de desenvolvimento político que nunca houve no Brasil. Nosso espaço de conscientização política é de resistência e é, digamos, mais fácil, até do ponto de vista epidérmico, a indignação às condições tenebrosas de vida, à ditadura, ao arrocho. Um passo qualitativo superior é acreditar na representação, o que exige conscientização política, escolha e organização.

FRANCISCO — Vou exagerar o argumento e arriscar uma simetria entre a participação dos trabalhadores e os "curto-circuitos" da burguesia. A maioria dos trabalhadores tem a sensação de que os problemas só podem ser resolvidos numa relação direta: fazem comitivas, acampam na frente dos gabinetes das autoridades e daí sai um calçamento ou uma extensão de luz.

OCTAVIANO — Isso leva à não institucionalização da prática política...

FRANCISCO — Sim, porque se trata de uma forma de relação direta, desses setores sociais, com o poder. Parte do enigma está aí: mesmo nos setores mais combativos da classe operária essa experiência existe. Lula negociava diretamente com o Ministro do Trabalho, quando, institucionalmente, não podia negociar dessa forma. Isso não o desmerece pessoalmente de forma alguma já que, na realidade, não existiam outros canais eficazes.

BICUDO — A análise de Maria Victoria mostra que não temos no Brasil, de ontem e de hoje, partidos políticos e ideológicos com expressão. E isso porque os mecanismos de representação são muito falhos. Não temos formas de controle do princípio da representatividade.

Mas essa situação pode mudar. Nesses anos todos, o Brasil procurou se modernizar; um maior desenvolvimento econômico no Sul permite que uma nova faixa de pessoas venha a participar de atividades partidárias. Isso fica muito claro se comparamos o perfil dos constituintes paulistas de 46, recrutados entre o que havia de mais expressivo nas suas elites intelectuais, e os que representarão o Estado em 86. Eu não acredito que estarão representadas aí apenas as elites, desmistificando um pouquinho a idéia de que a política é apenas para poucos. Assim, o desenvolvimento pode levar a nova expressão partidária e, através desta, a nova maneira de se fazer representar deputados e senadores no Congresso Nacional.

Mas, ainda assim, vejo dificuldades ao restabelecimento do princípio da representatividade do Congresso Nacional calcada na população de cada Estado, o que contribuiria bastante para a consolidação de uma nova expressão partidária mais representativa. O atual Congresso distorce este princípio, já que os Estados menos populosos têm proporcionalmente mais deputados. O voto de um nordestino vale muitos votos paulistas. Com um Congresso Constituinte temos poucas chances de mudar isso, já que esses deputados não têm interesse em alterar as regras que facilitaram suas eleições, dando um poder enorme aos políticos mais atrasados do Norte e Nordeste. Só uma Assembléia Constituinte convocada apenas para esse fim poderia acabar com esta história. Outro dia, ouvi no rádio Herbert Levy afirmando que os políticos do PFL não estavam dispostos a votar na Constituinte proposta pelo Sarney porque não haviam conseguido os postos que desejavam. Isso é chantagem, não é? Mas é exatamente isso o que eles procuram preservar: seus cargos e postos.

O quadro político-partidário brasileiro gira em torno destas diferenças entre Norte e Sul. Enquanto o Sul caminha num sentido muito mais popular, com a presença de sindicatos muito mais agressivos, que às vezes saem na frente dos partidos políticos na reivindicação da liberdade pública, isto não existe no Norte. E quando surgem, como os sindicatos rurais, são violentamente reprimidos pelo político tradicional que habita no Nordeste, ou no Norte, e que tem assento no Congresso. A perspectiva do partido de massa passa a existir quando o desenvolvimento econômico consegue tirar das elites a condução do processo político.

Volto a insistir que a Assembléia Nacional Constituinte é fundamental para o futuro dos partidos políticos no Brasil. Mas se caminharmos para aquilo que querem os homens que estão nos governos estaduais e federal e fizermos apenas a encenação da Assembléia Constituinte, não poderemos ter uma organização partidária que reflita realmente aquilo que se está passando hoje no Centro-Sul. Nessa hipótese, a organização dos partidos vai continuar estilhaçada no velho coronelismo, nas mãos do latifúndio da empresa improdutiva que vive às custas do governo federal.

MOISÉS — Deixa eu fazer uma pontuação na sua fala. Você fala da possibilidade de uma nova estrutura partidária em grande parte dependente e condicionada a um processo de modernização, que levaria a uma participação de setores que, antes, estavam marginalizados. É a hipótese clássica da integração das massas na política.

Mas essa tendência colide, mesmo no Centro-Sul, com o que tenho chamado de a *corporativização da política*. Falo do peso das grandes corporações na política brasileira, em particular a Igreja que, na Nova República, indicou pelo menos dois ministros. Mas penso nos sindicatos, nas empresas estatais, para não falar das Forças Armadas. Como você vê esses obstáculos que, num certo sentido, tendem a esvaziar o conteúdo dos partidos, mesmo nos centros urbanos?

BICUDO — O problema está menos nas classes trabalhadoras que nas outras corporações, como as Forças Armadas e as estatais. Se nós temos que tentar a construção de partidos de massas, nós vamos ter que enfrentar essas barreiras.

Esse fenômeno está ocorrendo, juntamente com a união das elites no Centro-Sul, para impedir a união das classes populares na formação de partidos de massas. As grandes corporações tentam isso, porque elas querem a permanência do *status quo*. E cabe, evidentemente, aos partidos políticos que pretendem ser partidos de massa entrar nessa jogada de trazer as classes populares para a militância política mais clara, mais definida.

OCTAVIANO — É isso mesmo. Eles tentam manter a estrutura política arcaica, principalmente no Norte. A classe política está na administração e tende a se perpetuar lá através de truques. Mas é claro que a sociedade brasileira mudou muito, cresceu aqui no Sul, o que fez com que, pelo menos no Rio e em São Paulo, a política seja disputada no interior das massas. E para enfrentar essa disputa, a direita recorre a fantasmas como o Jânio. Por outro lado, aparece um homem como o Brizola que é um populista extraordinariamente vigoroso, moderno e que sabe usar a TV. E os populistas são mais eficientes que os partidos que organizam as massas, porque é mais fácil organizar uma resposta populista do que organizar a consciência popular.

Temos, realmente, capacidade de enfrentar esse tipo de ação que compete com a organização democrática? Isso é algo que eu não sei como responder.

Mas os partidos também estão na briga. Os *partidos ônibus* de hoje diferem dos de antigamente pelos passageiros que levam. Hoje, uma boa parte desses passageiros é classe média e classe operária. Estou organizando um comitê no Parque do Carmo, Itaquera, em São Paulo. Trata-se de um fenômeno de colonização: *de quem chega primeiro!* São massas que não têm cultura política de tipo algum...

VICTÓRIA — Isso explica por que o PTB cresceu tanto aqui em São Paulo. Chegou primeiro.

OCTAVIANO — Ciaramente. O PT é a face oposta do janismo. Havia nas eleições para prefeito um número muito grande de indecisos que poderiam ir para qualquer dos dois lados. Essas pessoas se decidiram de forma estranhíssima. Foram conquistadas antes e estabeleceram uma certa tradição local.

Tenho a impressão de que a sorte dos partidos de massa se relaciona, por isso, com a possibilidade de crescimento econômico. Se houvesse um surto econômico, acho que haveria grande possibilidade de crescimento de partidos populares de forma organizada. O populismo tem um sucesso tanto maior quanto mais essas massas não tiverem sucesso econômico. Quanto mais desgraçadas, encurraladas, pobres, sem representação, se sentirem.

Mas isso também depende das vontades dos partidos. Diretórios com vida política permanente são um fato apenas do Sul. E, mais claramente, do PT e do PMDB.

VICTÓRIA — Seria o caso de São Paulo, porque os outros...

OCTAVIANO — Mesmo o PDT, no Rio, não é desse tipo. Ele tem inchaços e desinchaços. Acho que há uma disputa entre um populismo crescente e uma vontade organizatória que está presente principalmente na juventude.

São os jovens que organizam o diretório e esperam dos políticos não favores, mas algo em termos de ideologia mesmo. Isso talvez venha a mudar a situação no Sul, de forma tal que, de fato, cresça e se estabilize uma nova cultura política. Mas, se isso não acontecer? Ou se acontecer de forma parcial, fragmentária... Bom, neste caso, os populistas vão crescer cada vez mais.

MOISÉS — Eu diria que, frequentemente, eles chegam antes. Isso não nos leva a questionar a consistência dessas experiências embrionárias de diretórios dos partidos de massa?

OCTAVIANO — Eu acho que uma das sortes que nós temos é que, no Brasil, a televisão não é serviço público, é um negócio público, é um negócio e, graças a Deus, ela só faz política obrigada e ranheta. Se ela fosse utilizada como veículo político, os populistas teriam uma chance que a gente não tem.

A organização política a sério é, evidentemente, um trabalho de formiga. Chegar lá e convencer, organizar, levar o trabalho. Os populistas não fazem isso, tentam operações mágicas. Acho que a classe dominante tem um certo medo da irresponsabilidade dos populistas e, talvez, tente botar um freio nisso.

Por outro lado, temos um grande número de jovens, formados em faculdades de periferia, que diante dessa massa se comportam como seus "intelectuais". Eles explicam as coisas, aparecem como os seus "doutores". Basta um jovem desses para organizar 500 pessoas em um Comitê. O PT tem desses jovens. O PMDB também, só que de forma mais amalucada, sem essa unidade ideológica do PT. Acho que isso é

o que pode vir a criar um novo sistema partidário que ponha fim à política patrimonialista, dando lugar ao surgimento de nova cultura política com participação popular.

MOISÉS — Como se poderia avaliar a atuação dos partidos na constituição de uma cultura política verdadeiramente democrática no país? Penso que nossa experiência já demonstrou que a democracia é um valor em si e não um instrumento para a conquista do poder e, como tal, deve contemplar duas exigências fundamentais. Primeiro, a crença em um conjunto de regras que estabeleça com precisão e clareza direitos iguais para todos os cidadãos e, segundo, o reconhecimento das diferenças, o que inclui a possibilidade real de a minoria transformar-se em maioria. Na verdade, não vejo muita gente carreando água para este moinho.

BICUDO — Também tenho essa impressão. Desde que se armou a Aliança Democrática, a intenção é a de preservar os privilégios da classe política. Mas, falando em cultura política num sentido mais amplo, gostaria de ressaltar o papel da Igreja, dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos e toda essa linha de atuação do movimento popular, no sentido de evidenciar que a violência não é solução para a violência. Isso tudo é muito rico para despertar uma cultura política e, através dela, aprofundar as raízes da representação.

MOISÉS — Se isso que você está dizendo é verdade, gostaria de colocar um paradoxo. Freqüentemente, setores das classes populares contrapõem à democracia representativa a democracia direta, sem que ninguem diga como é que funciona. O comportamento plebiscitário das assembléias não é nada democrático.

BICUDO — O problema é o desencanto em relação à representação política. Por isso existe essa tendência nas classes populares de absolutizar a democracia direta. Acho isso natural, resposta à falsidade da representação.

MOISÉS — Só não concordo que seja natural. É a expressão de uma incapacidade de entender o jogo político.

FRANCISCO — Para falar sobre cultura política, gostaria de chamar a atenção para o comportamento do PMDB no poder. Surpreendentemente, ele nada inovou na sua relação com a população, o estilo é o mesmo do passado. Parece-me que isso tem a ver com a tradição de relação direta entre os setores sociais e o Estado, curto-circuitando a representação. Essa prática é benéfica ao partido que está no poder, para o qual se dirigem as demandas da sociedade e que o acaba transformando no grande e poderoso mediador dos conflitos.

MOISÉS — Você diria que, ao invés de o partido conformar a estrutura do poder, acaba sendo conformado por ele?

FRANCISCO — Há na verdade uma relação dialética em que se fica dentro de um mesmo circuito. Falamos do populismo do Brizola e do Jânio, mas o sr. Mário Covas é tão populista quanto os outros dois. Ele vai, nos fins de semana, carregar pedra na periferia, em dia de inauguração, enquanto o povão carrega pedra o ano inteiro. ★

GREVE GERAL EM EL SALVADOR

CIDAS março/abril 1986

No dia 25 de abril, foi realizado a primeira grande greve geral convocada pela UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES SALVADORENHOS – UNTS. Esta entidade foi constituída dia 8 de fevereiro último e é a expressão do avanço do movimento popular e sindical de El Salvador, aglutinando em seu seio entidades sindicais como a CONFEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COOPERATIVAS DE EL SALVADOR (COACES), COORDENADORA DOS TRABALHADORES ESTATAIS E MUNICIPAIS, COORDENAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DOS TRABALHADORES (CST), UNIÃO POPULAR E DEMOCRÁTICA (UPD), CENTRAL DOS TRABALHADORES SALVADORENHOS (CTS) e outras associações e sindicatos.

A greve durou 4 horas e se estima que participaram cerca de 500 mil trabalhadores. Depois da violenta repressão no início dos anos 80, contra o movimento popular, esta é a primeira greve geral. As principais reivindicações foram contra as medidas econômicas do governo Duarte, pela retomada do diálogo entre o governo e o FMLN–FDR, contra a ingerência estrangeira. Finalmente, a UNTS solicitou ao movimento sindical internacional a solidariedade militante nestes momentos decisivos do avanço da luta de massas em El Salvador.

ENTREVISTA CONCEDIDA AO CIDAS PELO COMPANHEIRO FRANCISCO RAMON ZAMORA PORTILLO

Representante Internacional da Federacão Unitária Sindical de El Salvador - FUSS

Meu nome é Francisco Ramon Zamora Portillo. Sou representante internacional da Federação Unitária Sindical de El Salvador, cuja representação encontra-se atualmente funcionando na cidade do México. Tentarei nesta breve exposição demonstrar a situação em que se encontra o movimento dos trabalhadores salvadorenhos e o verdadeiro significado do atual regime.

Os trabalhadores salvadorenhos vêm lutando cada vez de forma mais ascendente e, com isso, desmascarando cada vez mais as aparências democráticas do regime de Napoleão Duarte.

No período de 1979 se deu uma situação muito especial. Os trabalhadores aglutinados nas principais centrais operárias salvadorenhas como eram a Federação Unitária Sindical de El Salvador (FUSS), a Federação Sindical dos Trabalhadores na Indústria de Alimento e Similares e Conexos (FESTIASA), a Federação de Trabalhadores e Sindicalistas Salvadorenhos (FENASTRAS) e a Federação Sindical Revolucionária foram precisamente as que, durante esse período, se caracterizaram por impulsionar a luta dos trabalhadores.

O descontentamento popular geral, devido a uma estrutura social completamente injusta, encontrou um porta voz nas Centrais Sindicais que fizeram seu o projeto revolucionário. Esta situação levou a que, no período de 1979 a 1981, muitos dos dirigentes sindicais destas Centrais fossem assassinados, desaparecidos, exilados e encarcerados. Poderíamos dizer que, praticamente, aos sindicalistas em nosso País só restavam duas opções: ou abandonavam o País, ou incorporavam-se à luta que neste momento adquiriu uma nova situação. A luta que até então vinha se caracterizando por ser uma luta nas ruas de San Salvador e por travar-se nas disntintas partes do País, tanto no campo quanto na cidade, passou a se conformar num movimento guerrilheiro, de grandes proporções e que vem se desenvolvendo.

No período entre 1981 e 1983 começa um novo trabalho no seio do movimento dos trabalhadores, através de um trabalho lento de reorganização das bases sindicais que anteriormente haviam existido e que estavam praticamente destruídas, devido à forte repressão que se desatou sobre os dirigentes sindicais e os membros de base que haviam mostrado no período anterior uma elevada combatividade.

A partir de 1983, concretamente no 1o. de Maio, se organiza a primeira manifestação que poderíamos dizer que foi o ponto de partida para reiniciar esse trabalho lento de reorganização do movimento sindical. Se conforma um movimento que aglutina a distintos setores do movimento sindical de nosso País, com o Movimento Sindical e Gremial de El Salvador (MUSIGES), que aglutinou bases sindicais de FENASTRAS, FUSS, FESTIASA, FESINTRIBA e outros sindicatos que até este momento se haviam caracterizado por desenvolver sua vida sindical independente. Não havia existido uma manifestação sindical em nosso País desde 1980, até 1983. A partir deste momento vive-se um arranque que chega até o momento atual.

Em 1980, havia existido o intento dos trabalhadores estatais em organizar-se em sindicatos, em associações de trabalhadores, intenção que pela repressão encontrou grandes dificuldades. No período de 1980 com a junta de governo encabeçada por Napoleão Duarte, começaram a ditar-se uma série de decretos lesivos aos interesses dos trabalhadores, como o decreto 544, (que congelou os salários e nega a contrata-

ção coletiva de trabalho, acabando com o direito que os trabalhadores têm de negociar com a empresa as condições de trabalho e novos salários. Ademais, este decreto não só congelava os salários como também estabelecia o controle dos produtos básicos, coisa que se manifestou não no controle dos preços dos produtos, mas apenas dos salários dos trabalhadores. Esta é uma das situações que podemos dizer incidiu para que os trabalhadores tenham uma atitude mais combativa.

É importante considerar o projeto da chegada de Napoleão Duarte, quando se começou a manejar a possibilidade de que Duarte fosse candidato à Presidência da República. A embaixada dos Estados Unidos, profundamente preocupada porque os resultados das eleições da Assembléia Constituinte não haviam sido favoráveis à Democracia Cristã, começou a criar um movimento que se chamou a Unidade Popular e Democrática, que aglutinava alguns partidos pequenos, algumas associações de trabalhadores, como a Federação Sindical dos Trabalhadores na Indústria da Construção, Similares e Conexos (FESENCONSTRA), que é filiada à ORIT, e começou a organizar a Central dos Trabalhadores Salvadorenhos, que fundamentalmente aglutina os trabalhadores estatais. Assim, começa a perfilar-se uma nova organização dos trabalhadores estatais. Ademais, reativaram a União Comunal Salvadorenha que foi quem tradicionalmente organizou os trabalhadores camponeses em nosso País. Poderíamos dizer que basicamente essas organizações foram as que sustentaram o apoio eleitoral a Duarte, ao brindar-lhe não somente recursos econômicos, mas a possibilidade de que todos os que estivessem envolvidos nestas organizações, participassem também ativamente da campanha de Napoleão Duarte. Portanto, houve um compromisso da Unidade Popular e Democrática de eleger Duarte em troca de algumas medidas de caráter social e econômico, entre as quais, iniciar o diálogo com a insurgência popular, respeitar as liberdades sindicais, melhoramento das condições de vida dos trabalhadores. Na medida em que Napoleão Duarte foi governando, demonstrou-se que em nenhum momento o governo esteve realmente interessado em cumprir este acordo político com a Unidade Popular e Democrática. Aqui temos que identificar também um problema particular, pois a Central de Trabalhadores Salvadorenhos é filiada à CLAT e a FESISCONSTRA é filiada à ORIT. Isto, em certa medida, levou ao seio da UPD uma contradição, pois em relação ao plano geral de contra insurgência, o governo dos Estados Unidos estava considerando a possibilidade de meter em um cinturão de força a todos os setores sindicais de nosso País e assim conformar uma "Central de Trabalhadores Democráticos". Esta situação ocasionou contradições na medida em que as filiações internacionais das duas organizações que mencionei geravam um choque em relação a essa proposta. Isto é, se desconheceu que as concepções distintas e da disputa pelo controle de uma Central emperravam o projeto norte-americano. O projeto da embaixada dos Estados Unidos menosprezou o vínculo internacional das organizações sindicais e ao tentar manobrar suas bases enfrentou uma série de contradições que dificultavam a consolidação de seu projeto. Por exemplo, a CLAT, por sua origem na ideologia Democrata-Cristã, propunha que os trabalhadores salvadorenhos e suas Centrais servissem como base de conformação social do Partido Democrata Cristão e isto gerava um ponto de atrito na UPD. Também aqui é importante destacar o papel que jogaram organizações que anteriormente já haviam se destacado por impulsionar a luta classista dos trabalhadores, como é o caso de FENASTRAS, FUSS e FESTIASAS, que, poderíamos dizer, foram as que iniciaram o trabalho reorganizativo dos trabalhadores sob a concepção classista. Aqui temos que considerar que estas organizações fundamentalmente possuem suas bases sindicais em setores dos trabalhadores fabris, dos trabalhadores industriais. No entanto, com a crise de 79/80, muitas indústrias têxteis, eletrônicas e outras fecharam seus estabelecimentos, provocando um enorme desemprego. Isto explica porque neste momento são precisamente os setores de trabalhadores estatais os que têm impulsionado com maior envergadura o movimento grevista, que em situações especiais desenvolvem um papel fundamental na luta do País.

Quanto ao setor do campo é preciso recordar que a partir da chegada da primeira junta de governo que impulsionava Napoleão Duarte, começou a organizar-se um novo setor em nosso País, constituído pelos camponeses que aglutinavam-se nos setores da reforma agrária. Organizam-se as cooperativas agrícolas e estas conformam as Centrais de Cooperativistas que também foram um intento dos Estados Unidos de isolar as forças revolucionárias, que neste momento já estavam combatendo o exército na zona rural. Ao organizar estes setores camponeses, buscavam na verdade isolar as formas da guerrilha. Esta situação, como é óbvio, por suas próprias características não pôde ocorrer e frustrou os objetivos dos norte-americanos. Em primeiro lugar, pelas condições em que se deu a chamada reforma agrária. Em qualquer lugar, requer a implementação de incentivos para poder desenvolvê-la e implementá-la, para que resulte em reais benefícios aos trabalhadores agrícolas. No entanto, o que sucedeu em nosso País foi que por um lado, não existiu nenhum apoio ou assistência técnica e também nenhuma assitência econômica. Então, na atualidade, de mais ou menos 269 cooperativas agrícolas existentes resulta que somente 3 se tornaram autofinanciáveis. Isto nos permite dizer que o setor agrícola, neste momento, está em uma situação ainda mais difícil, já que hoje um trabalhador não somente tem que pagar a terra, mas vem contraindo uma dívida que é precisamente o que os camponeses chamam de dívida agrária, que vem determinando a necessidade de uma moratória para poder seguir mantendo a cooperativização. Esta situação tem gerado enfrentamentos diretos entre os setores camponeses e o regime de Duarte, já que tem sido sob um certo aspecto um processo de retrocesso no campo, porque o decreto 207, que pretendia dar a terra aos que nela trabalhavam, foi detido e a segunda etapa da reforma agrária nunca foi desenvolvida e faltam incentivos para elevar a produtividade agrícola. Estes setores que, em certa medida, constituíram inicialmente uma base para a Unidade Popular e Democrática romperam com o Pacto Social e o mesmo vem se dando paulatinamente com a FESINCONSTRA e outras entidades salvadorenhas que também rompem com o Pacto Social proposto por Napoleão Duarte.

(segunda parte da entrevista na próxima Quinzena)